



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



PAULO JOSÉ DE OLIVEIRA

**PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA FINANCEIRA: O
CASO DO OP NO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2011

PAULO JOSÉ DE OLIVEIRA



**PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA FINANCEIRA: O
CASO DO OP NO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**

Monografia de conclusão do curso de Gestão Pública Municipal do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Francisco Farah Jr

CURITIBA

2011

PAULO JOSÉ DE OLIVEIRA

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois d'Ele advém a vida que temos a responsabilidade de recriar sempre.

Aos meus familiares e amigos, que me emprestaram o tempo de que necessitei para este trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moisés Francisco Farah Jr, por ter aceitado estar junto comigo, mostrando o melhor caminho para que os objetivos deste trabalho fossem alcançados.

Ao Prefeito de Jacareí, Arquiteto Hamilton Ribeiro Mota, por ter permitido acesso a todas as informações de que necessitei para o desenvolvimento deste trabalho.

CURITIBA

2011

RESUMO

OLIVEIRA, Paulo José de, **Práticas democráticas na gestão pública financeira: o caso do OP no município de Jacareí**. 2011. 79 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba - PR, 2011.

A presente monografia tem como objetivo principal trazer subsídios para se avançar no processo de democratização participativa, dentro das gestões públicas, em especial no município de Jacareí, estado de São Paulo. Em Jacareí se desenvolve o Programa do Orçamento Participativo desde 2001. O OP de Jacareí está intrinsecamente comprometido nas transformações ocorridas em Jacareí, a partir dos anos de 2001. É sobre este processo que este trabalho pretende discorrer. Desta forma, desenvolver esta pesquisa, acima de tudo, se fundamenta na possibilidade do registro e a partir de então servir este de mais uma experiência no aprimoramento deste programa de co-gestão, que já não é mais uma possibilidade de exercício democrático apenas para as cidades brasileiras, mas já presentes, a partir daqui, em outros lugares do mundo.

Palavras-Chave: Orçamento participativo. Democracia. Participação. Gestão Pública.

CURITIBA

2011

LISTA DE SIGLAS

CONSAB= Conselho das Sociedades Amigos de Bairro
COPAJ = Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí
LDO = Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA = Lei Orçamentária Anual
OP = Orçamento Participativo
PMJ = Prefeitura Municipal de Jacareí
PPA = Plano Plurianual
PSF = Programa Saúde na Família
UBS = Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	6
1.1	Objetivos	8
1.1.1	Objetivo geral	8
1.1.2	Objetivos específicos	9
1.2	Procedimentos metodológicos	9
1.2.1	Tipo da pesquisa	9
1.2.2	População da amostra	9
1.2.3	Coleta dos dados	10
1.2.4	Análise dos dados	10
2.0	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	Contextualização histórica da democratização brasileira	11
2.2	Visão em literatura externa (Itália)	16
2.3	Visão em literatura brasileira sobre o Orçamento Participativo	17
3.0	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE JACAREÍ	21
3.1	Concepção política	21
3.2	Metodologia do Orçamento Participativo de Jacareí	25
3.3	Índice de participação	32
3.4	Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí – COPAJ	38
3.5	O OP na gestão do orçamento municipal de Jacareí	42
4.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
4.1	Sobre a documentação do OP de Jacareí	49
4.2	Sugestões de futuros trabalhos	50
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXOS	53

1.0 - INTRODUÇÃO

Neste capítulo de introdução são apresentados o tema, o problema e as premissas, os objetivos, (geral e específicos), bem como os procedimentos metodológicos, o embasamento teórico e a estrutura desta pesquisa.

A Constituição de 1988, [...] possibilitou entre outros resultados a restauração do federalismo com o reconhecimento dos municípios como entes federativos, ao lado da União e dos Estados-membros.¹

A partir da Constituição Brasileira de 1988, os municípios brasileiros se tornaram o espaço e local adequados para o exercício do poder político mais próximo do cidadão. Por consequência desta transformação constitucional os poderes executivos e legislativos municipais puderam experimentar formas de inserir todos os agentes políticos locais ao exercício da governança.

Nem todos os agentes políticos, mandatários destes poderes locais, assim como também nem todas as forças políticas destes mandatos, entenderam como oportuna a necessidade de se instituir efetivas gestões democráticas.

A prática do Orçamento Participativo está presente em muitos municípios brasileiros. Considerando que são diferentes forças políticas, em cada local desta gestão, certamente esta prática também apresenta características metodológicas, bem como de resultados, adequados também a cada realidade e condição de forças políticas. Neste sentido este trabalho pretende pesquisar a prática do Orçamento Participativo realizado por um período de dez anos ininterruptos, onze anos considerando este ano de 2011, no município de Jacareí, estado de São Paulo.

Muitas ferramentas e instrumentos institucionais se criaram a partir da CF de 1988. A Democracia também foi confirmada como forma de governo, nos diversos entes federativos brasileiros, como forma de governo, a partir também da Constituição de 1988, no seu Art. 1º:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito...” e que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente...”²

Em todos os níveis dos entes federados brasileiros, o regime democrático que se pratica é o da forma representativa, na sua essência. No entanto há mecanismos e instrumentos constitucionais, que garantem na sua prática, a presença de alguma forma de gestão exercida pelo povo, de forma direta.

“Alguns instrumentos que foram criados em 1988 garantem a participação direta do cidadão nas deliberações, nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. São eles: o plebiscito, o referendo e as leis de iniciativa popular”.³

A razão da instituição do poder político, na gestão pública, tem como a finalidade primeira de gerir os recursos públicos, ou melhor dizendo, o orçamento público, sempre mediante *“aprovação expressa do respectivo Poder Legislativo”*.⁴

Em algumas fontes de pesquisa o

“Orçamento público é um instrumento de planejamento e execução das Finanças públicas. E [...] contém estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício, que, no Brasil, coincide como o ano civil”.⁵

E sobre finanças públicas, podemos dizer que *“abrangem a captação de recursos pelo Estado, sua gestão e seu gasto para atender às necessidades da coletividade e do próprio Estado”*.⁶

Considerando ser o orçamento público um instrumento de planejamento, e que este planejamento visa a execução das finanças públicas, esta combinação se

consolida em um conjunto de leis, definidas pela Constituição Federal, que são a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e o Plano Plurianual (PPA).

Esta relação entre a receita e a despesa, dentro da gestão pública, estabelece exatamente o compromisso e finalidade do poder político estabelecido, dentro do poder executivo, ou seja, o “*gasto para atender às necessidades da coletividade e do próprio Estado*”, como descrito acima.

O Orçamento Participativo se insere neste contexto do planejamento da gestão orçamentária como uma ferramenta de exercício da democracia, na medida em que ele tem a finalidade de aproximar o cidadão, e permitir que este participe na definição de prioridade(s) nos gastos dentro das finanças públicas. No entanto, a partir de experiências contínuas desta prática democrática vale a pena pesquisar e a partir dos resultados, se concluir com vistas à participação popular em dada administração pública. Estes resultados deverão demonstrar se o Orçamento Participativo praticado estabelece uma efetiva experiência de uma gestão democrática e participativa.

Esta verificação, portanto, é a justificativa da presente proposta de pesquisa, estudando os dez anos de realização do Orçamento Participativo na cidade de Jacareí, estado de São Paulo, um município com uma população de duzentos e onze mil e trezentos e oito (211.308) habitantes.⁷

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Avaliar a prática do Orçamento Participativo na cidade de Jacareí, estado de São Paulo, em relação à representatividade na participação, e nos recursos públicos gerenciados pelo OP.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Quantificar o número de pessoas (munícipes) que participaram em cada exercício do Orçamento Participativo em Jacareí, e analisar a metodologia aplicada nas etapas de mobilização, plenárias e nas atuações do conselho do OP.
- b) Analisar a representatividade desta participação em relação ao total da população do município de Jacareí.
- c) Identificar as etapas de todo o processo de realização do Orçamento Participativo em Jacareí.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.2.1 Tipo de pesquisa

O tipo de pesquisa a ser realizada será de “estudo de caso” e de análise documental. Será uma pesquisa qualitativa descritiva. A justificativa deste tipo de pesquisa é por se tratar de um problema que será estudado localmente, apesar de se tratar de um fenômeno com ocorrências em diversos municípios. Daí se tratar de um estudo de caso.

1.2.2 População da amostra não estatística

A população envolvida na amostragem analisada será a própria cidade de Jacareí, correlacionando o índice de participação, através das plenárias, dos delegados, e dos conselheiros de cada período nos dez anos analisados.

1.2.3 Coleta dos dados

A coleta de dados será feita através de consulta a documentos junto aos departamentos da Prefeitura Municipal de Jacareí, responsáveis pelas etapas de realização do Orçamento Participativo. Esta coleta será feita diretamente junto aos gestores públicos ou através das páginas virtuais de transparência. De acordo com os objetivos estabelecidos por esta pesquisa, sempre visando analisar a participação da população de Jacareí, seu significado e índice desta representação.

1.2.4 Análise dos dados

Os dados serão quantitativos. Através dos valores matemáticos, buscaremos uma análise qualitativa dos dados. Esta análise visa buscar a compreensão da efetiva participação da população no programa do OP de Jacareí, no período de 2001 a 2010. Os dados coletados deverão responder à pergunta de pesquisa que é saber qual a dimensão da participação da população na gestão pública municipal de Jacareí, e se esta participação se apresenta de forma transformadora aos modelos institucionais de democracia.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo queremos estabelecer uma relação necessária, do nosso tema de pesquisa, com bases teóricas e com o processo de construção da democracia brasileira. No item 2.1 trataremos sobre a contextualização histórica do processo de democratização brasileira. Isto se faz necessário para compreendermos bem a relação da gestão pública como resultado da combinação do poder político e a importância das instituições.

No item 2.2 trataremos de uma literatura estrangeira, que fala também de uma pesquisa visando observar processos de democratização na Itália. Nesta obra, *“Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna”*, o autor Robert D. Putnam, (Ed. FGV, 2006), nos conduz ao conhecimento de experiências na Itália, onde se promoveram mudanças institucionais e políticas, no sentido de aproximar os governos locais da sociedade civil. Estas referências serão utilizadas por nós no transcorrer da construção desta pesquisa.

Por fim, no item 2.3 apresentaremos os caminhos teóricos brasileiros, que nos permitirão uma elaboração teórica do objeto que ora pesquisamos. Sobretudo autores que já reconstruíram caminhos percorridos pelas várias experiências de OP no Brasil.

2.1 Contextualização histórica da democratização brasileira

A sociedade brasileira vive atualmente um momento histórico de aprofundamento das suas instituições democráticas. Permitimo-nos a esta afirmativa na medida em que resgatamos, da nossa história recente, a fase da transição de um regime político autoritário, cujo período se deu entre as décadas de 1960 e 1980. Este regime de exceção passa por um período de distensão política, que se deu a partir do governo do General Ernesto Beckmann Gaisel e se concluiu no final do governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo:

“Durante os primeiros 15 anos de regime militar implantado em 1964, as luzes da democracia estiveram apagadas no Brasil. Em 1979, porém, o país começava a enxergar sinais de brilho. Era o primeiro ano de mandato do último general-presidente, João Batista de Oliveira Figueiredo, e a ele coube executar o plano de distensão política – a abertura “lenta, gradual e segura” – concebido pelo seu antecessor, general Ernesto Geisel, com a ajuda do poderoso ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva.”⁸

Este processo de distensão se deu a partir de uma articulação política denominada de Aliança Democrática, articulada de dentro mesmo do governo instalado, dentro do próprio regime militar, no último governo do regime de ditadura militar. Este mandato do então General Ernesto Geisel já via sinais evidentes de desgastes sociais, políticos e econômicos. O processo inflacionário da economia nacional estava fora do controle, a economia em processo de repetidas recessões, e as bases de apoios sociais manifestando profundos descontentamento. Mesmo que em frágil sistema eleitoral, o descontentamento do povo brasileiro se materializou em derrotas ao partido governista, a ARENA, (Partido da Aliança Renovadora Nacional), elegendo, neste período, em maior número, parlamentares do partido de oposição, o MDB, (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Dentro deste processo de abertura política brasileira se deu a retomada das eleições de presidentes civis. A primeira eleição direta se deu na verdade por vias indiretas, quando um Colégio Eleitoral, composto por parlamentares de todos os partidos, elegeram o então presidente Tancredo Neves, em 1985, que não chegou a assumir, vindo a falecer antes de tomar posse.

Neste período já havia também sido efetivada a abertura no sentido da aprovação e legalização de novos partidos políticos. Isto porque, no período da ditadura militar brasileira, os partidos políticos destoantes foram postos na ilegalidade. Portanto, em 1985 já faziam parte do colégio eleitoral os parlamentares eleitos nas eleições de 1982 por diversos partidos políticos. Entre estes deputados federais, responsáveis pela realização deste processo de transição política, estavam também os eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, o PT, fundado em 10 de fevereiro de 1980. No entanto o Partido dos Trabalhadores, orientado pela sua carta-manifesto de fundação, onde *“afirma seu compromisso com a democracia plena e*

*exercida diretamente pelas massas*⁹, não participou das eleições de Tancredo Neves, pela via indireta.

*“Com a Aliança Democrática formalizada, somente o PT ficou de fora. Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984, o partido tentou ressuscitar a campanha das diretas nas ruas, mas foi atropelado pelo movimento ‘Tancredo Já’. Os petistas decidiram, então, não comparecer ao colégio eleitoral, classificando-o como um arranjo das elites e chamando a transição de transação”.*¹⁰

Este momento histórico descrito acima, ainda não representou mudanças efetivas nas instituições políticas brasileiras, exceção feita apenas aos partidos políticos que voltaram à luz da legalidade e da opção pública. Neste sentido concordamos com Norberto Bóbbio, quando afirma a necessidade da mudança de “*cultura política*”, para que se possa efetivamente pensar em um modelo de organização social e política, afirmando que “*os problemas da transição de um regime autoritário para um regime democrático podem ser vistos como problemas relativos à reação, transformação e difusão de uma Cultura política de tipo “participante”.*¹¹

Vencer estas resistências, resistências às mudanças nos modelos de gestão pública, se tornam em grandes desafios políticos. A cultura política de tipo “participante” requer sempre um marco regulatório.

Durante o regime autoritário brasileiro, os governantes dos estados eram indicação pelo governo federal, e sempre eram nomeados políticos civis, partidários do regime de exceção democrática. Também desta mesma forma eram nomeados, pelo governo central, os prefeitos das capitais, e das cidades consideradas, por algum motivo, estratégicas.

Com a abertura democrática se restabeleceram, a partir de 1982¹², eleições diretas para estados e municípios. As eleições diretas no Brasil passaram a oferecer

possibilidades de mudanças institucionais, muito embora isto de fato passa a ter um arcabouço legal a partir da Constituição Federal de 1988. Apenas que, na medida em que os eleitores receberam de volta o direito ao voto, neste primeiro momento, para os governadores e prefeitos, isto fez o caminho de volta da proximidade institucional entre o gestor público e o eleitor brasileiro.

Faz-se oportuno recorrermos a Beras que descreve uma síntese do processo do que ele chama de *“efeitos do desenvolvimento histórico social cultural no processo de afirmação da cidadania”*¹³. Em sua reflexão ele divide a história da sociedade brasileira em quatro períodos.

No primeiro período que compreende de 1822 a 1930, Beras qualifica como período do *“início da cidadania brasileira”*. Passa por uma população, resultado da colonização e do Império, sem práticas democráticas, à construção de uma *“elite antidemocrática, e à práticas eleitorais corruptas e Descontinuidades no exercício da Democracia...”* No segundo período, de 1930 a 1964, ele define como *“os primeiros períodos democráticos e as ditaduras”*. Neste período *“não havia uma sociedade civil forte e os movimentos eram sustentados em cúpulas burocráticas e altamente centralizados. Crescia a participação eleitoral, mas não a política.”* No terceiro período, que vai de 1964 a 1985, é o período da *“ditadura militar à reabertura democrática”*:

*“Um primeiro momento, em que os direitos políticos e civis não foram respeitados e, ao contrário, duramente atacados, valorizando-se, a partir do alto crescimento econômico, os direitos sociais em um segundo período, de abertura política, em que os direitos políticos são restituídos e os sociais continuam sendo afirmados. Entretanto, novamente, os direitos civis continuam restritos a pequenas camadas da população.”*¹⁴

No quarto período, de 1985 a 2007, o que Beras chama de *“A cidadania e o terceiro momento democrático”*, ele afirma que:

“O país está marcado pela desigualdade e exclusão social (Carvalho 2003), em um quadro de expansão dos direitos políticos.

Por último, verifica-se que os direitos civis têm um pequeno avanço. São criados novos mecanismos legais de proteção ao cidadão. No entanto, ainda são frágeis, quer porque as instituições responsáveis pela segurança são uma herança mal resolvida do período autoritário.”¹⁵

Esta visão sobre a política nacional brasileira, observada até aqui, teve o objetivo de mostrar quais são as bases sociais e políticas onde foi implantado o Programa do Orçamento Participativo em muitos municípios brasileiros. E acima de tudo, o que está claro, foi o retorno da gestão pública brasileira para um regime democrático.

O estado brasileiro, na sua constituição administrativa, se compõe hoje por uma democracia “representativa”. Desta forma, é importante que tenhamos claro os conceitos de democracia, norteadores dos sistemas de governos democráticos, sobretudo na nossa realidade brasileira.

Neste sentido, muito embora tenhamos muitas referências entre os clássicos das ciências políticas, tomei, pela sua simplicidade descritiva, as definições dadas pela Consultora Legislativa, Eliane Cruxên Barros de Almeida Maciel, em artigo disponível nos arquivos do Senado Federal:

“A expressão democracia representativa significa, de um modo geral, que as deliberações coletivas são tomadas, não diretamente pelos membros de uma determinada coletividade, mas por pessoas especialmente eleitas para essa finalidade. Essas pessoas, designadas como representantes, possuem duas características bem estabelecidas: a) por gozarem da confiança do corpo eleitoral, após eleitas não são mais responsáveis perante os próprios eleitores, e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não são responsáveis diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocadas a tutelar os interesses gerais da sociedade e não os interesses particulares de uma ou outra categoria.”¹⁶

Também Beras, citando Habermas (1994), descreve sucintamente três modelos de democracia:

“O modelo Liberal compreende o Estado como um aparato administrativo passivo, conferindo mais importância ao mercado como ambiência principal do arranjo dos interesses privados. O cidadão, nesse caso, é o possuidor de direitos negativos (subjetivos e por força de lei).

O modelo Republicano vê o Estado como um estimulador da sociabilidade em comunidade, percebendo a Sociedade Civil como autônoma e independente do Estado e do mercado. Aposta no auto-entendimento ético e no cidadão como possuidor de direitos (principalmente o de participar ativamente na sociedade).

O modelo Deliberativo, em contraponto aos outros dois modelos clássicos, compreende o Estado de direito como poder administrativo, na sociedade Civil a fonte de uma opinião pública não institucionalizada. Aposta, portanto, nos procedimentos democráticos racionais e na rede de formação da opinião pública informal.”¹⁷

A democracia pressupõe a participação das pessoas que convivem em um determinado meio, participem de alguma maneira das decisões que conduzem o destino dessas pessoas em coletividade. Portanto, *“Se democracia é participação dos cidadãos, uma participação insuficiente debilita-a.”¹⁸* Esta afirmação de Bobbio nos leva então a observarmos em que grau o povo brasileiro tem estado presente ou é chamado à construção de uma gestão democrática nos diversos níveis institucionais do Estado Brasileiro.

2.2 Visão da literatura externa (Itália)

Escolhemos como referência em literatura externa a obra de Robert D. Putnam, *“Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”* (Ed. FGV, 2006).

Esta literatura italiana escolhida nos auxiliará na compreensão de um processo onde as instituições políticas e a presença da sociedade civil são importantes pra uma gestão democrática. É uma obra resultante de vinte anos de pesquisas sobre os governos regionais italianos. Desta forma será possível a percepção do grau de influências entre as instituições e os modelos de gestão pública.

Vimos anteriormente que cultura política de tipo “*participante*” requer sempre um marco regulatório. A exemplo desta necessidade, podemos ver, por analogia, no resultado da pesquisa de Robert D. Putnam, que durante o período de 1970 a 1989 acompanhou e pesquisou mudanças institucionais na Itália, quando foram criados “governos regionais”, que se originaram de um processo de descentralização, tornando a gestão pública, nas regiões periféricas à Roma, em governos regionais autônomos. Nesta pesquisa o autor pôde avaliar os resultados no tocante à eficiência dos governos e a participação da comunidade nestas gestões regionais. E os aspectos de gestão que são parâmetros de conclusão, para Putnam, são: “... *sensibilidade às demandas do eleitorado e a eficiência na gestão da coisa pública*”, e que “*a principal característica de uma democracia [representativa] é a constante sensibilidade do governo em relação às preferências de seus cidadãos, [...] onde não só considera as demandas de seus cidadãos, mas também age com eficácia em relação a tais demandas*”.¹⁹

Um governo tem que ter ressonância no povo que o elegeu. Por isto as pessoas precisam de um governo presente onde elas estão. Na pesquisa realizada por Putnam, nos governos regionais da Itália, ele pôde aferir que “*para a maioria dos italianos, a eficácia dos três principais níveis de governo aumenta à medida que se passa do nível mais distante (governo nacional) para o nível mais próximo, (governo local)*”.²⁰

Desta forma nos preparamos para conduzir nossa reflexão a partir dos estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira do Orçamento Participativo.

2.3 Visão através de literatura brasileira sobre o Orçamento Participativo

Neste ítem, buscaremos em diversos autores nos aproximarmos das experiências sobre o Orçamento Participativo em municípios brasileiros. E observando o alerta feito por Norberto Bobbio, o nosso olhar será essencialmente no horizonte do exercício da democracia participativa.

Auxiliando-nos neste entendimento, Beras (Dacasa Editora, 2009) nos apresenta ainda uma síntese definitiva sobre as condições da sociedade brasileira para se pensar em um sistema de governo democrático, em uma gestão democrática.

“O desenvolvimento da formação histórica da sociedade brasileira durou 322 anos de colônia, 67 de império, 41 anos de República, duas ditaduras (1937-45 e 1964-84) e três períodos de realização de um sistema democrático entrecortado (1934-37, 1946-64 e 1984-2008).¹ [...] Esse peculiar desenvolvimento demonstra, empiricamente, os condicionantes da realização de experiências de democracia do Estado em território nacional.”²¹

Outros autores também serão referência neste nosso trabalho. Entre eles estará presente em vários momentos desta pesquisa Leonardo Avritzer, (Ed. Cortez, 2002). Avritzer nos conduzirá sobre grandes experiências do Orçamento participativo, sobretudo na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, temos uma visão histórica sobre o que deve ser uma gestão democrática, e julgamos suficiente para compreendermos a importância de tratarmos agora do assunto central deste trabalho, que é o Programa de Orçamento Participativo. O OP é hoje praticado em mais de trezentos municípios brasileiros, mas aqui, trataremos dos dez anos de sua realização na cidade de Jacareí, estado de São Paulo, objeto deste trabalho.

A sociedade brasileira também desenvolveu, ao longo destes períodos que vimos acima, uma dinâmica pela busca e manifestação da necessidade de uma gestão pública democrática.

¹ Esta obra é de 2009, o período citado está ainda em vigor.

“Essa demanda por participação foi canalizada no interior do sistema político e do próprio Estado, pela teoria e prática de governos e partidos (como o PT) que, logo que assumiram as administrações, começaram no início dos anos 1980 a encaminhar mudanças no modelo de gestão de políticas públicas, dando ênfase à participação popular.”²²

O Programa do Orçamento Participativo se iniciou na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul. Seu início se deu em 1989, em uma gestão do Partido dos Trabalhadores. Ele foi implantado como *“um novo processo de institucionalização nas relações entre comunidade e Prefeitura”*.²³

A partir da experiência de Porto Alegre, o OP se tornou em uma marca das Gestões do Partido dos Trabalhadores. Hoje esta nova forma de participação democrática e de exercício de cidadania, o OP, está presente em mais de 300 municípios brasileiros e também em outros países.

“Surgido no Brasil no final da década de 80, o Orçamento Participativo tem ganhado projeção no cenário internacional. Estima-se que atualmente existam cerca de duas mil experiências de Orçamento Participativo no mundo, muitas delas desenvolvidas e inspiradas nas iniciativas brasileiras. Com cerca de duas décadas, de gradativa e crescente experiência com programas de Orçamento Participativo, o Brasil virou uma referência internacional quando se fala em democracia participativa.”²⁴

No município de Jacareí, estado de São Paulo, o OP foi instituído no primeiro ano do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2001, na gestão do então prefeito Marco Aurélio de Souza. Neste ano de 2011, este município se encontra no seu terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, mandatos estes iniciados em 2001. E o programa do Orçamento Participativo, de forma ininterrupta, se realiza também desde então. Escolhemos os dez primeiros anos já realizados, de 2001 a 2010, para, como objetivo deste trabalho, avaliarmos os resultados obtidos, enquanto proposta de gestão democrática, nestes dez anos na cidade de Jacareí.

Os parâmetros tidos como referências neste trabalho serão a representatividade na participação da população, e a participação efetiva do OP sobre a gestão do orçamento público municipal. Considerando sua seqüência ininterrupta, por uma década, pode-se afirmar ser este um fenômeno intrínseco a uma forma de governo, e quando este instrumento de participação popular se consolida, como é o caso de Jacareí e de outros municípios brasileiros, passa a ser um fenômeno também político e dessa forma deve ser observado. Isto pretende ser o resultado deste trabalho a seguir.

3.0 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE JACAREÍ

Neste capítulo serão abordadas as informações que buscamos para aprofundarmos o nosso objeto de estudos, que é o OP de Jacareí. Os itens tratados neste capítulo serão a concepção política (3.1), a metodologia utilizada na realização do OP (3.2), o grau de participação efetiva da população (3.3), e também sobre o Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí (3.4), o COPAJ, e os aspectos práticos da gestão do Orçamento Participativo.

3.1 Concepção política

Para refletirmos sobre a concepção política do OP de Jacareí faremos sua fundamentação, principalmente, a partir dos estudos feitos sobre o OP realizados em outros municípios, (Ed. Cortez, 2002), e a partir do programa de governo apresentado no processo eleitoral do ano de 2000, cujo programa foi elaborado pela frente política vencedora das eleições naquele momento.

Como vemos nas observações de Avritzer, abaixo, a concepção política é um fator determinante para a implantação de um processo de participação popular junto a uma administração pública.

“Ao mesmo tempo em que o OP envolve todos esses problemas práticos, ele tem suscitado um conjunto de questões no interior de diferentes debates teóricos: o debate entre sociedade civil e democracia, o debate sobre o aprofundamento da democracia e o debate sobre desenho institucional. Em todos os casos, mais uma vez se coloca a questão: sendo Porto Alegre uma cidade com longa tradição associativa em termos de Brasil, seria possível pensar o OP em lugares sem essa tradição? Outra questão que aparece constantemente no debate: a quais elementos devemos atribuir a especificidade da experiência porto-alegrense? Ao desenho

institucional, à presença de um partido [político] com uma proposta de ampliação da democracia ou a um forte movimento comunitário existente na cidade?”²⁵

A partir destas ponderações teóricas de Avritzer podemos tratar do OP de Jacareí, objeto central deste trabalho de pesquisa. Em todos os exemplos e modelos, o processo de implantação do OP acontece necessariamente a partir de uma decisão. Certamente vários fatores serão determinantes para sua implantação, realização e continuidade. Mas, sobretudo, o marco referencial de início de implantação é o desejo político enquanto forma de governar e de conquistar a governança, e de forma de se praticar uma gestão pública que amealhe resultados sócio-políticos positivos.

O Município de Jacareí se localiza no Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo. A sua geopolítica o coloca bem no eixo da dinâmica econômica entre Rio e São Paulo. Não só como principal veio desta comunicação, a Rodovia Presidente Dutra o coloca na principal rota desta ligação entre estes estados e suas capitais.

A sua história sócio-econômica, poderíamos dizer, que até o século passado, (sec. XX), foi de uma tradição cultural agropecuária^{II}. Tem uma cultura política de marca conservadora, tendo como característica a baixa cultura do exercício da participação democrática em suas gestões públicas. Sempre teve uma alternância de poder baseada nos reflexos de suas relações com os grandes centros adjacentes, alvos de indicações nos comandos majoritários, seus prefeitos, no período da ditadura militar, que são a capital do estado, cidade de São Paulo, distante a apenas em cem quilômetros e a cidade de São José dos Campos, município com quem hoje Jacareí já está conurbada.

O município de Jacareí se viu transformado em um município com grandes e sérias dificuldades na gestão pública, no final dos anos 1990, sobretudo devido a não percepção de seus gestores públicos na época, aos novos rumos desta nova etapa da gestão pública brasileira, deste novo momento de desenvolvimento da democracia na política brasileira. Isto tomando como parâmetros a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, e em 2000 nós diríamos também que a Lei

^{II} Sobre este aspecto do desenvolvimento econômico, a partir do século passado, bem como da cultura política da cidade de Jacareí, trata-se de uma experiência e observação empírica. Resido neste município desde a década dos 1970.

de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101/2000, de 04 de maio de 2000.²⁶ Esta desconexão com a prática correta de gerir os recursos públicos, orçamentários e capital social, levou este município a uma realidade de uma máquina administrativa totalmente degradada, funcionalismo público desvalorizado e desmotivado e a população sem os serviços urbanos mínimos necessários.

Esta realidade serviu de argumento político para apresentação do plano de governo, dentro do processo de sucessão no ano de 2000, pelo Partido dos Trabalhadores, o PT. Este programa está permeado de duras críticas sobre o resultado da gestão do governo municipal, cujo mandato se encerraria no exercício do ano de 2000.²⁷

Esta citação de um material de campanha política serve para embasar os fatores que nortearam as decisões do governo eleito, dentro de uma realidade municipal sócio-econômica adversa. Para se ter a aprovação eleitoral, evidentemente que haveria de serem apresentadas propostas concretas e factíveis. Propostas capazes de reconstruir esperanças, e de se reverter um quadro de antagonismos. Quadro de gestões que tiveram como resultados a desconstrução material, política e da cidadania do povo de uma cidade. Estas são as bases que fundamentaram todo o desenvolvimento do programa de governo vencedor nas eleições locais em 2000.

Dentro deste esforço da descrição da concepção política do OP em Jacareí, a base social necessária, ao contrário do que se experimentou na cidade de Porto Alegre, era uma base social distante do governo municipal, ou alijada dele.

1. No aspecto do orçamento público e do controle de seus gastos e aplicações, não havia lastro orçamentário, bases de investimentos e nem créditos suficientes para a movimentação da máquina pública em todos os aspectos da gestão municipal.^{III} Esta realidade de Jacareí a

^{III} Aqui cabe um registro empírico para que as afirmações acima não se percam na retórica da disputa de poder político, mas que possam subsidiar cientificamente este trabalho de pesquisa. Fui Diretor de Logística e Equipamentos, na Prefeitura Municipal de Jacareí, por dois anos, 2002 e 2003. A frota municipal estava com baixíssima capacidade operacional, com um parque de equipamentos sucateados e ou depreciados. Um alto custo de manutenção, devido às condições precárias cumulativas sobre estes equipamentos. As dívidas junto aos prestadores de serviços e fornecedores de peças e equipamentos tornavam esta relação comercial, e de gestão, extremamente difícil e cuidadosa. Resgatar a credibilidade, e a capacidade operacional, um grande desafio imediato naquele momento.

colocava no início da gestão, a partir de 2001, em semelhança inicial de governo com a cidade de Porto Alegre:

“Quando a administração Olívio Dutra assumiu em 1989, ela herdou um pesado fardo de dívidas e falta de disponibilidade financeira: “um aumento salarial foi aprovado em dezembro de 1988, o pagamento de contas da prefeitura estava atrasado e um empréstimo de curto prazo, que correspondia a 35% do orçamento mensal estava vencido. Os impostos não eram indexados à inflação que, em 1989, foi de 1774%” (Marquetti, 2002).²⁸

A coligação PT-PV assumiu a Prefeitura de Jacareí em janeiro de 2001. O Prefeito eleito foi Marco Aurélio de Souza, do PT. O plano de governo apresentado para o conjunto da sociedade de Jacareí foi o resultado de uma acumulação política local, pois o PT já vinha mantendo uma tradição de ter representantes na câmara de vereadores local há várias legislaturas. Na legislatura que se iniciou em 2001, junto com o mandato do Prefeito Marco Aurélio de Souza, a bancada de vereadores do PT foi de quatro vereadores em um total de treze cadeiras de vereadores na câmara municipal, portanto um acúmulo político de vários mandatos de vereador.²⁹ O próprio prefeito eleito cumpriu dois mandatos de vereador antes de sua eleição para prefeito em 2000.

O programa de governo apresentado para aprovação para esta nova gestão no Município de Jacareí se definiu como uma proposta de *“Governo Democrático e Popular”*. Foi apresentado com o compromisso de *“implantar uma nova forma de governar, que tem dado certo em todas as cidades administradas pelo PT: Governar com Participação Popular. [E que também seria] instituída na cidade a Democracia participativa”*.³⁰

No capítulo designado de *“participação Cidadã”*, como um dos eixos do *“Programa de Governo Participativo”*, está a proposta, (promessa), de implantação do Orçamento Participativo como um mecanismo de participação e de *“inserir os cidadãos na vida diária da cidade”*.

“O orçamento participativo é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população discute e decide sobre o orçamento e as políticas públicas. O Orçamento Participativo combina democracia participativa com democracia representativa, a qual é uma das grandes conquistas da população brasileira a ser preservada e qualificada. Neste processo de democracia direta, a participação da população se efetiva de maneira livre e universal nas assembleias públicas do OP. Todo o cidadão, independentemente de sua organização partidária, associativa, credo religioso ou condição social, tem sua participação assegurada no processo.”³¹

Desta forma podemos mostrar como foi concebido politicamente o OP para ser implantado na cidade de Jacareí. Isto posto podemos afirmar também que embora não houvesse, neste caso estudado, a tradição de associativismo, como na Cidade de Porto Alegre, houve uma decisão política estabelecendo o OP como um instrumento de participação popular. Esta decisão política poderá se traduzir no que Avritzer chama de *“vontade política”* quando se garante a continuidade do programa do OP: *“... a baixa participação inicial no OP em algumas regiões de Porto Alegre, [...], com média entre dez a quinze participantes, mostra a enorme vontade política por traz da decisão inicial de implantação do OP.”³²*

3.2 Metodologia aplicada no OP de Jacareí

Analisar a metodologia aplicada no programa do OP, Orçamento Participativo, na cidade de Jacareí, é necessário que se faça a partir de algum referencial teórico ou prático. Neste caminho escolhemos como parâmetro a observação a partir das experiências realizadas na cidade de Porto Alegre. Em todas as teses analisadas sobre OP, a Cidade de Porto Alegre é tida como um marco referencial da compreensão do exercício do Orçamento Participativo, dentro da proposta de uma gestão democrática, democrática participativa. Isto além das experiências nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Recife, e outros municípios. Portanto é necessária esta comparação para que se possa efetivamente ser realizado um

trabalho conclusivo. E esta comparação se torna a fórmula de análise de um fenômeno sociológico, e isto vemos nos estudos realizados sobre OP de várias cidades, como na cidade de Barão, conforme relatado por Herbert, (Redes Editora, 2008):

“Em Porto Alegre, o OP nasceu dos movimentos populares e organizações comunitárias, [cultura do associativismo]; em Barão, o OP nasceu por meio da coligação PT-PMDB, que expôs o seu plano de governo por meio dos pronunciamentos dos candidatos a vereança, prefeito e vice-prefeito.”³³

Herbert, para mostrar como e qual foi a motivação política da implantação do OP na cidade de Barão, cidade gaucha do Vale do Caí, estabelecendo comparação com a cidade de Porto Alegre, também o faz observando os fatores determinantes do surgimento do OP porto-alegrense. Assim também o faremos para observarmos a metodologia aplicada na cidade de Jacareí, Vale do Paraíba, SP, na implantação e realização do programa do Orçamento Participativo.

Antes, porém, é necessário salientarmos que na cidade de Porto Alegre, o OP assume características importantes para uma análise sociológica do seu processo. A princípio resumimos estas características metodológicas em dois eixos. O primeiro eixo é a metodologia operacional, que veremos mais adiante, descrito na obra *“Orçamento Participativo Construindo a democracia”*, (Azevedo e Fernandes, Revan, 2005). O segundo eixo, denominamos aqui, como sendo um processo metodológico macro, muito embora esteja intrinsecamente ligado à forma como se operacionalizou e em que direção foi conduzido o OP de Porto Alegre. Ele visava objetivos organizativos claros a serem atingidos em cada etapa dos mandatos políticos, durante os dezesseis anos de governo da Frente Popular.

Este processo, o vemos na obra de Beras, *“Orçamento Participativo de Porto Alegre e as possibilidades para a Democracia Deliberativa no Brasil”*, (Dacasa Editora, 2009). Beras descreve, para cada etapa de governo da Frente Popular, o processo de construção da transformação na relação da sociedade civil com o institucional. São quatro mandatos, são quatro etapas, processos de transformação.

Para a primeira etapa, de 1989 a 1996, o OP se dá dentro da construção de “*um novo processo de institucionalização nas relações entre comunidade e Prefeitura.*” No segundo período, de 1993 a 1996, se trabalhou “*a consolidação do hábito democrático.*” No terceiro período, de 1997 a 2000, ocorre a “*consolidação da especialização.*” E no último período, considerando a não reeleição da Frente Popular, ocorre uma “*nova tentativa de institucionalização, [que é quando] se busca em um momento retomar a ampliação das forças de co-gestão.*”³⁴

Este processo metodológico macro não será utilizado na relação comparativa com o OP de Jacareí. Dez anos de OP, e garantidos mais dois anos do mandato em curso, estabelecem um período de doze anos, período suficiente para se pesquisar e estudar esta experiência de participação também através de matrizes como estas de Porto Alegre. Porém estas matrizes aplicadas em Jacareí exigem uma outra configuração de projeto de pesquisa, que poderá ser inclusive, realmente, um outro projeto importante e necessário de estudos para as experiências jacareenses de OP.

Dentro dos objetivos desta pesquisa, serão trabalhados os registros feitos por Leonardo Avritzer, que é professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se da tese em que Avritzer também estabelece comparação entre Belo Horizonte e Porto Alegre, no capítulo “*Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre: comparando instituições e práticas*”, capítulo este que é parte da obra “*Orçamento Participativo Construindo a democracia*”, (Editora Revan, 2005).

O desenvolvimento metodológico do OP porto-alegrense acontece a partir de uma concepção política, que está fundamentada, tanto na tradição associativa pré-existente, mas fortemente nas origens programáticas do Partido dos Trabalhadores. Desta forma, a metodologia que veremos mais a frente se estrutura, inicialmente, em quatro passos, segundo Avritzer:

“... quatro passos em direção à constituição do Orçamento Participativo coincidiram no começo da administração de Olívio Dutra: a preocupação do movimento comunitário com o controle do orçamento e sua decisão em nível local; a ênfase dada pelo Partido dos Trabalhadores na participação em Conselhos; a iniciativa

descentralizada de diversas secretarias, inclusive a Secretaria de Planejamento, de encorajar a participação popular e, pouco depois, a iniciativa de centralizar todas as formas de participação na CRC, [Coordenação de Relações com a Comunidade].³⁵

A partir destes fundamentos o OP de Porto Alegre desenvolve uma metodologia capaz de transformá-lo em um

“... processo de decisão pela população sobre as prioridades de obras da Prefeitura do município. Esse processo envolve duas rodadas de assembléias regionais intercaladas por uma rodada de assembléia em nível local. Em uma segunda fase se dá a instalação do Conselho do Orçamento Participativo, um órgão de conselheiros representantes das prioridades orçamentárias decididas nas assembléias regionais e locais.”³⁶

No trabalho de Avritzer vemos que a Cidade de Porto Alegre é dividida em 16 regiões administrativas, onde, em cada região, é realizada a primeira rodada de assembléias regionais e assembléias temáticas. As assembléias temáticas são realizadas em cinco áreas: *“saúde e assistência social, transporte e circulação, organização e desenvolvimento da cidade, cultura e lazer e desenvolvimento econômico.”³⁷* Ainda nesta narrativa Avritzer nos mostra que as assembléias temáticas obedecem o mesmo calendário das assembléias regionais. Nas assembléias regionais a participação segue o critério da moradia, enquanto nas temáticas a participação se dá pelo critério do interesse pelo tema.

Em Jacareí, o OP se desenvolveu também com uma matriz metodológica semelhante à de Porto Alegre. No programa de governo que o concebeu, apresentado à aprovação pública, nas eleições do ano de 2000, apresenta já um projeto metodológico para a implantação e exercício do Orçamento Participativo.

No programa de governo proposto, o OP é apresentado como um *“processo de democracia direta”*, com ampla participação da população, discutindo e decidindo sobre a gestão do orçamento público e também sobre políticas públicas. Afirma

ainda que este programa de gestão democrática *“combina democracia direta e participativa com a democracia representativa”*. Assim descreve a participação da população, seus critérios e formas. Um programa participativo onde ao cidadão serão dados direitos plenos de participação de *“maneira livre e universal nas assembleias públicas”*.³⁸

Já aqui, na sua proposta de implantação, já acontece um desenho, uma arquitetura do programa do OP de Jacareí. Apresentam-se as condições necessárias à participação: *“voluntária e universal”*. Este formato de participação é igual ao do OP de Porto Alegre, onde o critério primeiro da participação era a moradia, o local onde o cidadão e a cidadã moram. Em Jacareí, no programa de governo apresentado, é chamada de *“representação Territorial”*, que veremos abaixo. Na proposta da participação também já apresenta uma idéia de que modelo de democracia deve cumprir esta co-gestão, entre o poder institucional e o poder democrático exercido por quem participa: *“combina democracia direta e participativa com a democracia representativa.”* Para que aconteça esta participação direta, o programa então define, exatamente dentro do modelo metodológico operacional de Porto Alegre, a parte operacional do OP, que são: assembleias públicas, assembleias temáticas, plenárias finais de deliberação do OP e de eleição do Conselho Municipal do Orçamento Participativo.

A proposta metodológica prevê uma divisão territorial, a partir da qual se estabelecem os critérios de representatividade. E esta representatividade dar-se-á com a eleição dos delegados e conselheiros representantes diretamente proporcionais ao número de participantes.

Também, ainda na etapa de mobilização e da participação da população, a proposta do plano de governo é de que aconteçam também as plenárias temáticas. Nestas plenárias se discutem temas pertinentes ao interesse de cada região ou temas de interesse geral da cidade, como educação, transporte, segurança, saúde e outros. E finalmente a plenária final do OP, onde se organiza e delibera sobre as prioridades a serem contempladas na lei orçamentária a ser enviada para aprovação na Câmara Municipal, pelos vereadores. *“Nesta plenária é feita a eleição do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, que acompanha a sua tramitação e posterior execução.”*³⁹

O momento desta divulgação foi anterior à implantação efetiva do OP na cidade de Jacareí. Exatamente um dos itens do programa de governo, que após o resultado das eleições municipais de 2000, se torna então em um programa vitorioso e com a responsabilidade da fidelidade com suas propostas, (promessas).

A partir deste desenho da metodologia o OP é implantado na cidade de Jacareí, já no primeiro ano de governo do Partido dos Trabalhadores, em 2001, com a eleição do então Prefeito Marco Aurélio de Souza.

Para fundamentar teoricamente este capítulo, serão utilizados “Regimentos Internos” do Orçamento Participativo, exatamente o documento norteador das atividades do OP. Neste sentido, foram consultados os documentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Jacareí, através da Secretaria de Governo, bem como informações em arquivos de mídia eletrônica, também fornecidos pela Prefeitura.

Para o exercício do ano de 2001, exatamente o ponto inicial do OP ora pesquisado, entre as informações e documentos apresentados, não havia o “Regimento Interno” específico. No entanto, em uma apostila em que se reuniram documentos de vários anos, entre os documentos do ano de 2003 há um relatório que seguirá também como anexo, (anexo 3). O que consta deste relatório é exatamente o histórico do exercício do OP em 2001. A tabela abaixo apresenta os números relativos á participação no período de 2001, organizados a partir das informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Jacareí. E estes números conferem exatamente com os números citados no relatório referenciado. Assumimos, portanto, este relatório como sendo as informações necessárias para resgatarmos a metodologia realmente aplicada no ano de 2001, na realização do primeiro ano do Orçamento Participativo da Cidade de Jacareí.

Tabela 1 – OP de Jacareí em 2001

OP DE JACAREÍ	2001
PLENÁRIAS REALIZADAS	17
PARTICIPANTES	3500
DELEGADOS ELEITOS	317
CONSELHEIROS	17

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

Para estabelecer parâmetros entre as informações obtidas, buscamos o cruzamento de dados, que nem sempre se apresentaram de forma documental sistemática, mas sim através de extratos de informações, (panfletos, arquivos digitais). Para o ano de 2001 não há evidências de arquivos seguros das informações.

Desta forma estabelecemos relação entre os números constantes na tabela 1 acima, com os dados constantes no anexo III. Veremos então que os números atribuídos à participação no OP são exatamente os números registrados na tabela acima, fornecidos pela PMJ como sendo os números de 2001. Com isto assumimos ser este um relato da metodologia aplicada no exercício do OP de 2001, em Jacareí.

Os registros mostram uma metodologia semelhante à do OP de Porto Alegre. Divisão da cidade em regiões, participação aberta à população, não condicionada a nenhuma organização de bairros ou entidades. Eleição de delegados e composição do Conselho do Orçamento Participativo.

Conseguimos também acesso a um arquivo em meio digital que identificamos como sendo uma síntese do Regimento Interno que regulamentou as atividades do OP na cidade de Jacareí no exercício de 2004 (anexo 4). Nele há a informação do desenvolvimento do OP de 2004; inicia-se com a abertura através de uma plenária “festiva”, seguida pelas plenárias “locais”. Estas plenárias locais se realizam nos bairros, seguindo um processo de mobilização realizado pelas próprias lideranças dos bairros ou região.

Como agentes políticos monitorando este processo estão as pessoas ligadas ao departamento denominado como “Assessoria de Assuntos da Comunidade”, e também os Conselheiros do COPAJ.

Observando o Regimento Interno de anos diferentes, percebemos que as reuniões temáticas foram colocadas nas atribuições do COPAJ, tratadas como “Grupos de Trabalhos Temáticos”. Outra alteração significativa se dá no tratamento da participação do OP com relação ao PPA: até certo período era dado ao COPAJ “*formular a política de participação popular no próximo PPA...*” Passou em seguida para: “*O COPAJ começa a acompanhar, fiscalizar e deliberar a política de participação popular no PPA...*”⁴⁰ Ocorre a mudança de “formular” para “acompanhar e deliberar”.

Também durante o processo de realização do OP surge a motivação da criação do OP Infanto-Juvenil que já aparece no regimento Interno do OP de 2009, preparando para o OP de 2010.

Desta forma pudemos registrar a metodologia utilizada na realização do Orçamento participativo de Jacareí.

3.3 Índice de participação

Este item da nossa pesquisa tem o objetivo de observar o que aconteceu ao longo deste período de dez anos de OP na cidade de Jacareí com relação à participação das pessoas. Esta participação tem como parâmetro a relação ao número de cidadãos que estiveram presentes neste programa, que pretende ser de participação cidadã. A obtenção destes valores e informações foi conseguida diretamente junto aos departamentos da Prefeitura Municipal de Jacareí.

Observamos uma dificuldade real com relação à ausência de procedimentos de registros da história do Op de Jacareí. Este fato faz com que todas as informações possíveis conseguidas se transformem em importantes fontes de dados. Desta forma todos os documentos aqui citados, com origem na Prefeitura, na sua quase totalidade são arquivos em meio eletrônico.

Vimos no capítulo sobre a concepção política do OP de Jacareí, a proposta do Programa de Governo do Prefeito eleito, Marco Aurélio de Souza, que *“O orçamento participativo é um processo de democracia direta, voluntária e universal, onde a população discute e decide sobre o orçamento e as políticas públicas. O Orçamento Participativo combina democracia participativa com democracia representativa...”* Portanto estamos falando de um processo democrático, de participação democrática.

Neste sentido também Avritzer afirma que: *“o OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa”,* e que isto se dá inicialmente pela *“cessão da soberania por aqueles que a detêm como resultado de um processo representativo local.”*⁴¹

Neste estudo observaremos a participação e adesão ao programa do OP de Jacareí de forma macro. Certamente, e isto pudemos observar nas informações levantadas junto à Prefeitura Municipal de Jacareí, que há diferentes motivações pela participação, podendo ser observado que entre as regiões há níveis diferentes de participação. Mas esta investigação também entra no grau de exigências de um outro projeto de pesquisa, necessário, inclusive.

Desta forma faremos também um procedimento comparativo entre o índice de participação registrado na cidade de Porto Alegre, com o registrado em Jacareí. Será em momentos diferentes, porém observará períodos a partir do início do OP em cada um destes dois municípios.

Na cidade de Porto Alegre, na tabela seguinte, vemos a história da participação através do número total de participantes, anualmente, nos nove primeiros anos do OP.

Tabela 2 – Quantidade de pessoas que participaram no OP em Porto Alegre⁴²

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total	976	3694	7610	10735	9638	11821	10148	11908	13687

Fonte: AVRITZER, Leonardo, Ed. Revan 2005

É possível observar no gráfico a seguir, a partir da tabela 2, acentuado movimento crescente na participação do OP na cidade de Porto Alegre. Também já vimos anteriormente que este programa de participação naquele município encontrou terreno fértil de cultura participativa. Este comportamento pode ser uma associação de alguns elementos na organização social presente, e no modelo de gestão política e no processo metodológico.

Gráfico 1 – participação no OP em Porto Alegre

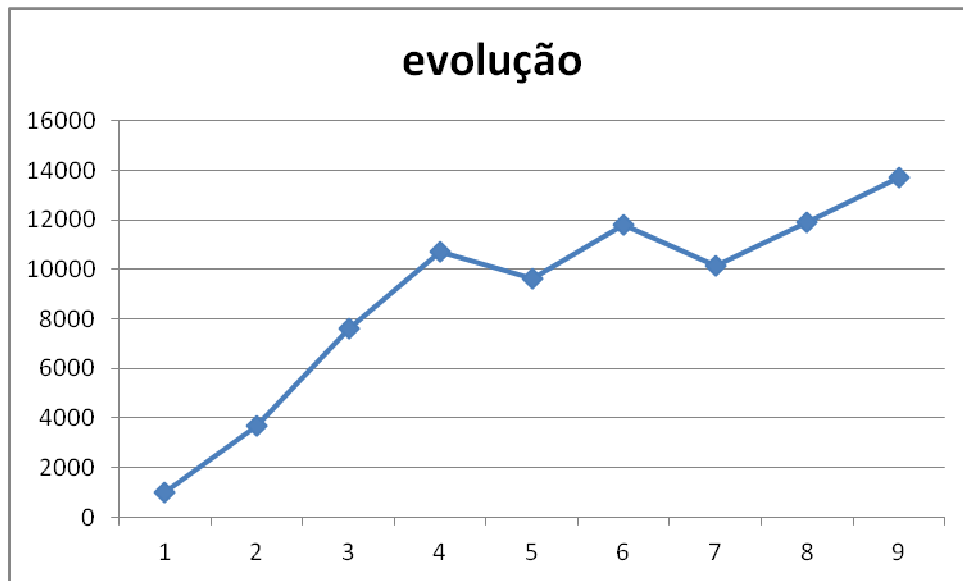


Gráfico com os dados a partir da tabela 2

Tabela 3 – Quantidade de pessoas que participaram no OP em Jacareí

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	3500	2500	2485	1830	1180	810	1262	2208	852	689

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

No município de Jacareí, é possível observar no gráfico a seguir, a partir da tabela 3, que o programa do Orçamento Participativo apresentou um movimento desuniforme, com tendência decrescente, reagindo a partir de 2006 até o OP de 2008, e novamente retomando um movimento de recuo. As ponderações sobre as possíveis causas serão feitas nas conclusões finais.

Gráfico 2 – participação no OP em Jacareí

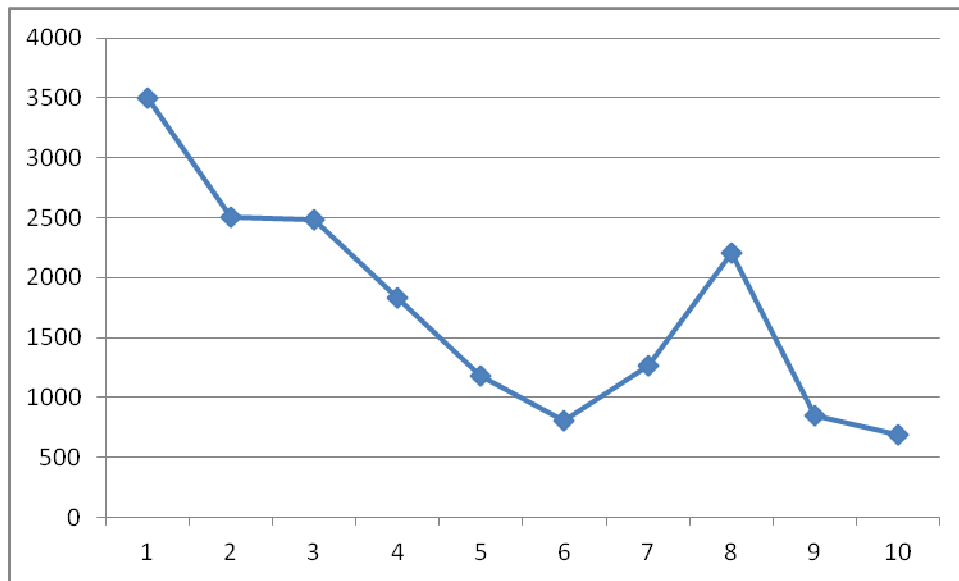


Gráfico com os dados a partir da tabela 3

Vimos nos dados acima informações quanto à participação das pessoas da comunidade no programa do OP em Jacareí. A seguir entendemos ser importante também observarmos o comportamento no sentido das plenárias realizadas. Isto porque, a participação das pessoas está diretamente relacionada também com as possibilidades desta participação que lhes são apresentadas.

Tabela 4 – Quantidade de plenárias e de delegados do OP em Jacareí

OP DE JACAREÍ											
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Plenárias	17	78	74	56	28	17	23	35	13	13	354
Delegados	317	240	246	175	119	80	127	192	87	60	1643

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

Gráfico 3 – Plenárias realizadas no OP em Jacareí

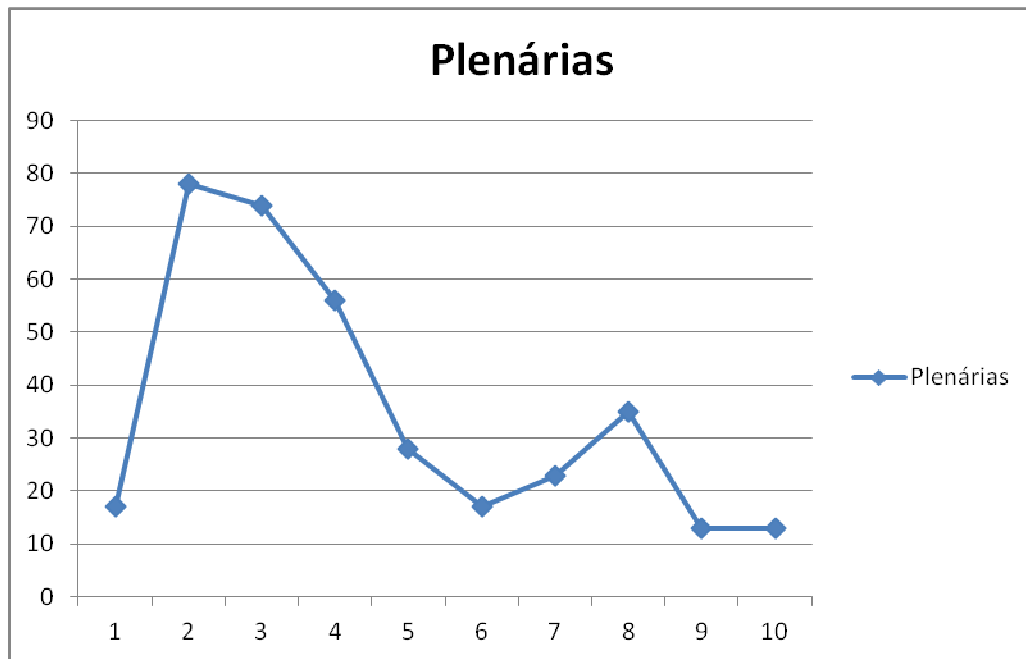


Gráfico com os dados a partir da tabela 4

Gráfico 4 – Delegados do OP em



Gráfico com os dados a partir da tabela 4

Os gráficos acima demonstram a relação direta entre o total de plenárias realizadas, bem como o número de delegados representantes das plenárias.

Apresentam a mesma tendência de movimento anteriormente visto com relação ao total dos participantes.

A seguir, concluindo este capítulo, em que tratamos da participação efetiva da população, neste programa do OP que pretende ser uma oportunidade de um exercício de uma democracia participativa, serão demonstrados os índices desta participação. Estes índices foram deduzidos da relação entre a quantidade das pessoas que participaram das plenárias e o número de habitantes de Jacareí, nos respectivos anos de realização do OP.

Tabela 5 – Índices de participação no OP em Jacareí

OP DE JACAREÍ											
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Plenárias	17	78	74	56	28	17	23	35	13	13	354
Participantes	3500	2500	2485	1830	1180	810	1262	2208	852	689	17316
Delegados	317	240	246	175	119	80	127	192	87	60	1643
Habitantes	193323	195541	197590	199573	201634	203681	205570	207384	209216	211214	
Índice (%)	1,8	1,3	1,3	0,9	0,6	0,4	0,6	1,1	0,4	0,3	8,2

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

Gráfico 5 – Índice de participação em relação à nº de habitantes

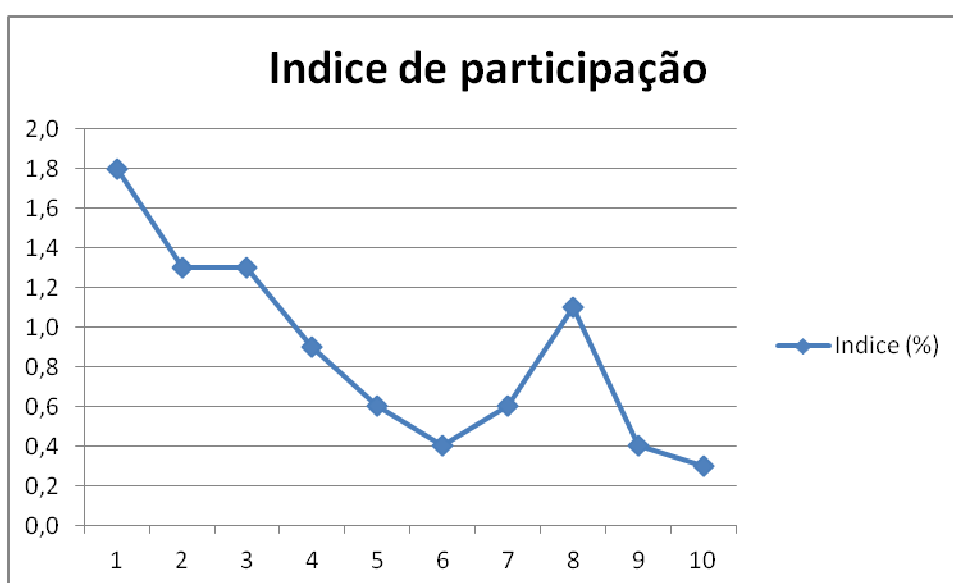


Gráfico com os dados a partir da tabela 5

Na tabela 5 foram incluídos os dados referentes ao total da população de Jacareí, nos anos compreendidos dentro do período do OP estudado.⁴³

Assim como demonstrado nos gráficos anteriores, o movimento decrescente na participação das pessoas, também este movimento se apresenta diante da relação ao total de habitantes do município de Jacareí. Dentro do Período estudado, 2001 a 2010, o índice de participação se iniciou em 2001 com uma relação de 1,8% da população participando do OP. Este índice se alterou, e, acompanhando a tendência apresentada nos outros gráficos, registrou no ano de 2010 o valor de 0,3% de participação da população. Mais adiante veremos o que nos falam pesquisadores, que já desenvolveram esta observação em outros municípios, sobre estes valores.

No entanto o OP de Jacareí está implantado. Estes dados deverão, a seguir, serem analisados dentro da perspectiva do significado político e do exercício democrático de participação.

3.4 Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí – COPAJ

Neste item pretendemos uma reflexão sobre a constituição do Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí, o COPJ, sua dinâmica de atuação e um pouco da sua representatividade.

De acordo com o Regimento Interno do OP, do município de Jacareí, em cada exercício são eleitos novos conselheiros, dentro de uma relação direta do grau de participação, por região em que é dividida a cidade. O mandato dos conselheiros é sempre por dois anos. Sua composição segue uma flexibilidade condicionada ao resultado da participação da comunidade, cujo processo converge para a eleição dos conselheiros. Esta relação será de um conselheiro e um suplente por região, para cada dez delegados presentes por região na Plenária Geral de Delegados.

Desta forma, com relação à representatividade das plenárias do OP, a cada mandato se incorporam os novos eleitos, substituindo os que cumpriram os dois anos subseqüentes. A composição do COPAJ também inclui uma representação do Executivo Municipal, da Prefeitura, composta por três conselheiros titulares e três

suplentes; e também da sociedade civil através da CONSAB (Conselho de Sociedades amigos de Bairro), e Associação de Moradores, escolhido em plenária especialmente convocada para discutir o OP. Os representantes do Governo Municipal serão indicados pelo Prefeito, e terão direito à voz, e não ao voto.

Por definição do Regimento Interno, *“O COPAJ, (Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí), é um órgão criado para ampliar a participação direta da comunidade.”*⁴⁴

Também o regimento interno define os objetivos e competências do COPAJ: *“A finalidade principal do COPAJ é planejar, propor, fiscalizar e decidir sobre a receita (recursos que a prefeitura arrecada), e as despesas do Orçamento do Município de Jacareí.”*⁴⁵

Desta forma o COPAJ tem por competência que *“avaliar e opinar, contra ou a favor, e propor alterações”* nas propostas do PPA (Plano Plurianual), na proposta para a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), na proposta da LOA (Lei do Orçamento Anual), na proposta do Plano de Investimentos, entre outras competências.⁴⁶

Na definição dada ao COPAJ, ele é um órgão que, nas questões relativas à receita e às despesas do Orçamento do Município de Jacareí, ele é deliberativo, pois lhe compete *“planejar, propor, fiscalizar e decidir”* e ao final de cada exercício o COPAJ tem a responsabilidade e atribuição de *“analisar e aprovar, ou não, a Prestação de Contas do Governo Municipal.”*⁴⁷

O Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí, o COPAJ, tem três instâncias de atuação:

- a- Coordenação do COPAJ
- b- Secretaria Executiva
- c- Grupos de trabalho

A Coordenação é composta por 6 (seis) conselheiros, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes e por 4 (quatro) membros do Governo, sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes.

A Secretaria Executiva é composta por um membro indicado pela Administração Municipal e mantido por ela por meio da Coordenadoria do Orçamento Participativo.

“Grupos de Trabalho de trabalho compõem uma estrutura de apoio ao

Conselho, e não possuem caráter deliberativo. Os grupos de trabalho do Copaj estarão abertos à participação dos delegados(as) do OP.

Compete aos grupos de trabalho:

1- Detalhar as demandas, buscar orientação técnica para viabilizar soluções e propor ao Conselho alternativas para seu atendimento, quando necessárias;

2- Propor critérios de priorização no atendimento. ”⁴⁸

Nesta instância do COPAJ, observando o regimento interno de anos diferentes, vemos que as reuniões temáticas, anteriormente previstas nas plenárias regionais foram colocadas nas atribuições do COPAJ, dentro dos “Grupos de Trabalhos”. Outra alteração significativa se dá no tratamento da participação do OP com relação ao PPA: até certo período era dado ao COPAJ “*formular a política de participação popular no próximo PPA...*”. Passou em seguida para: “*O COPAJ começa a acompanhar, fiscalizar e deliberar a política de participação popular no PPA...*”⁴⁹ Ocorre a mudança de “formular” para “acompanhar e deliberar”.

Também durante o processo de realização do OP surgiu a motivação da criação do OP Infanto-Juvenil que já aparece no regimento interno do OP de 2009, preparando para o OP de 2010 e é uma tarefa também do COPAJ, juntamente com a Secretaria de Governo.

Na tabela 6 e no gráfico 6 abaixo estão as informações sobre os conselheiros eleitos no período estudado, de 2001 a 2010, os dez anos de OP de Jacareí. O gráfico mostra também a relação do número de conselheiro diretamente relacionado ao grau de participação da comunidade.

Tabela 6 – Número de conselheiros eleitos no OP de Jacareí

OP DE JACAREÍ											
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Participantes	3500	2500	2485	1830	1180	810	1262	2208	852	689	17316
Conselheiros	17	11	10	16	10	8	12	9	9	10	112

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

Gráfico 6 – Conselheiros OP de Jacareí

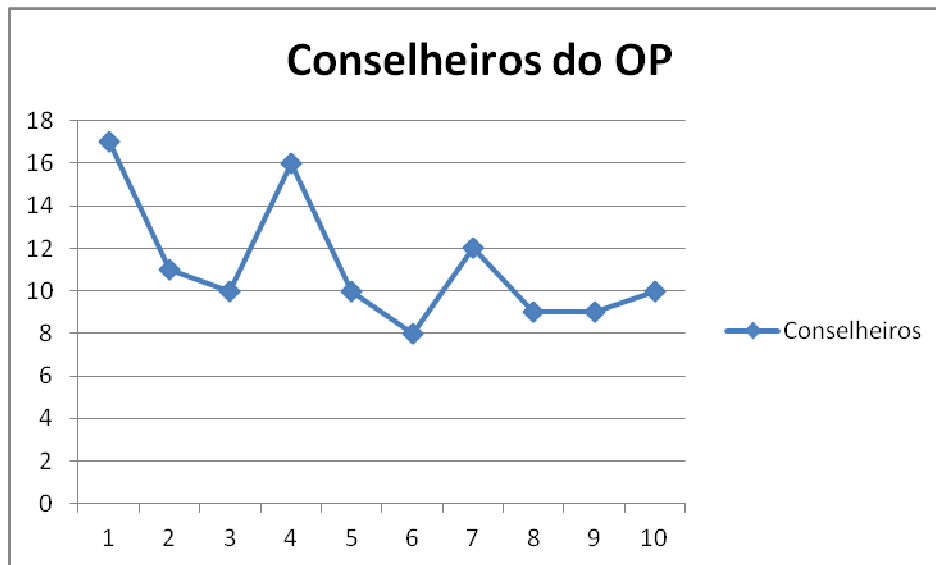
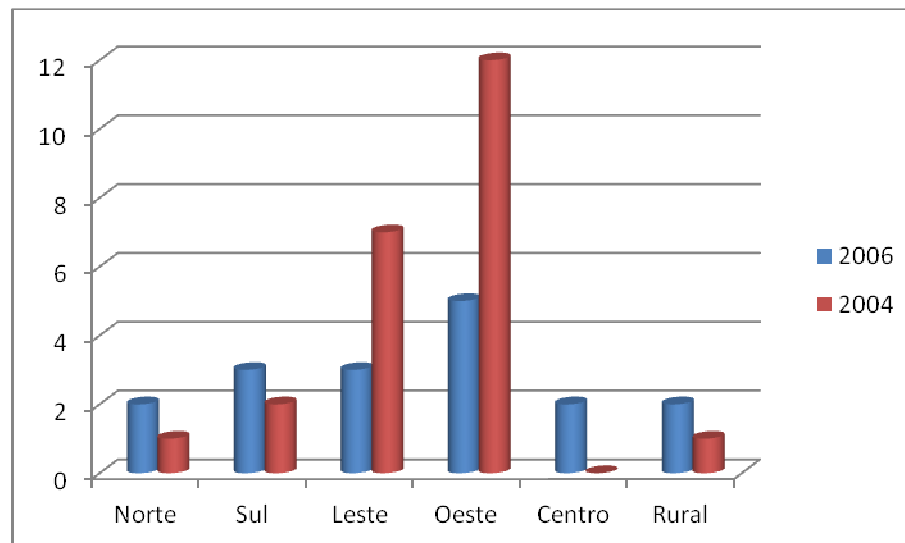


Gráfico com os dados a partir da tabela 6

Gráfico 7 – Conselheiros do OP de Jacareí por região



Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí

Ainda com relação à representatividade, vemos, no gráfico 7, em dois momentos do COPAJ, o exercício de 2004 e de 2006, a distribuição estratificada por região. Esta distribuição mostra uma maior participação das regiões Oeste e Leste. Estas regiões se distanciam do centro e concentram bairros de maiores demandas por serviços da gestão pública municipal.

3.5 O OP na gestão do orçamento municipal de Jacareí

“Não obstante, a participação popular é recorrentemente citada como forma de gerir a coisa pública, entretanto, apenas os governos comprometidos com a transparência e com a democracia encontram amparo legal para instituir a participação cidadã.

Exemplo disso é a recente Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, o chamado Estatuto da Cidade, que há dez anos vinha sendo discutido pelo movimento popular organizado – que cita em seu artigo 4º, parágrafo III, letra f que serão utilizados como instrumentos de planejamento municipal, em especial, a gestão orçamentária participativa.⁵⁰

Tratamos anteriormente sobre o COPAJ, e pudemos aprofundar um pouco sobre a organização do Conselho do OP, enquanto uma instância de gestão pública participativa, compartilhando o exercício do poder representativo, com uma possibilidade de gestão participativa.

Neste capítulo vamos dedicar um pouco mais sobre o significado desta gestão participativa e seus resultados.

A gestão pública, em especial a gestão municipal, que é o local desta experiência, se dá, por conceito, na responsabilidade e obrigação da gestão do orçamento local, de tal forma que, distribuído com justiça, resulte no bem estar coletivo. No entanto, o coletivo, sociologicamente pensando, passa pela solução de conflitos. São os interesses locais.

O relatório das diretrizes levantadas a partir das plenárias realizadas durante o ano de 2006 traz dados sobre estas demandas (anexo 5). Assim como demonstrado no gráfico 7, as regiões que apresentam claramente maior adesão à oportunidade de participação são também as regiões que detêm um maior déficit no atendimento dos serviços públicos, sejam eles de infra-estrutura, saúde, educação, habitação, ou outros serviços. E a participação representa uma esperança de que suas necessidades sejam atendidas. Analisando, portanto, o quadro do anexo 5, podemos perceber que, no ano de 2006, assim como demonstrado no gráfico da região Oeste de Jacareí, em 2006, há uma grande demanda por serviços públicos nesta região. Serviços como a pavimentação de bairros ainda não pavimentados, ou

conclusão onde este serviço já foi feito parcialmente. Também serviços ligados à saúde, educação e outras políticas voltadas à proteção social, como programas habitacionais e creches.

A análise deste relatório de demandas cumpre o objetivo de mostrar o grau de conflitos, a partir das necessidades de cada região. Para isto o Conselho do Orçamento Participativo precisa se apropriar das condições necessárias para atuar junto ao poder executivo na gestão orçamentária, cujos recursos são limitados e dialeticamente devem atender a todos.

“Em Campinas, discutimos todo o Orçamento durante as assembleias do OP. Nós não discutimos só a parte de investimento. Discutimos todo o Orçamento. Até mesmo a educação, que já tem destinados 25%; a saúde, 17%...”⁵¹

Assim vemos que o Conselho do Orçamento Participativo se apresenta para participar efetivamente da gestão orçamentária como um todo, e não somente da fatia destinada aos investimentos públicos.

As demandas apresentadas acima colocam um grande desafio para ser qualificado e devolvido para a comunidade de forma factível. Portanto o OP atribui também às lideranças que passam a fazer parte do Conselho a responsabilidade de exercitar também o planejamento.

O planejamento é parte fundamental da gestão orçamentária. Os recursos são limitados e finitos.

Observando o COPAJ, Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí, identificamos também outro relatório em meio digital que apresenta exatamente o resultado efetivo da sua atuação na gestão orçamentária de Jacareí. Neste relatório se pode ver que, a partir de todo o levantamento das demandas, o COPAJ, junto com o todo da Administração Municipal, qualifica as demandas e as torna exeqüíveis dentro dos recursos orçamentários. A tabela a seguir mostra obras decididas pelo OP e executadas no exercício de 2004/2005. Esta tabela foi transcrita do relatório citado acima, e que segue como o anexo VI.

Tabela 6 – Obras decididas pelo OP e executadas em 2004/2005.

BAIRRO	OBRAS
Pq. Meia Lua	a) Execução da segunda fase de pavimentação nas rua: <ol style="list-style-type: none"> 1. Takeo Ota 2. Alberto Lukaschek 3. João Batista machado 4. Antonio Lourenço de Souza 5. Benedita Andrade da Silva 6. Carmina Soléo b) Reforma da UBS do Pq. Meia Lua para adequação do PSF.
Pq. Dos Príncipes	a) Pavimentação com a patrulha do asfalto ^{IV} , nas seguintes ruas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Rua 1 2. Rua 38 3. Rua 39 4. Rua 43 5. Rua 44 6. Rua 47 b) Construção de uma nova travessia sobre o córrego do Túri na rua 47.
Jd. do Vale	a) Pavimentação com a patrulha do asfalto, nas seguintes ruas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Vicência Batista 2. Lafayette Priante 3. Jurandir Fonsil 4. Suzana de Castro 5. Benedito Garcia de Melo 6. Prof^a Maria Hankens a) Reforma da UBS para adequação do PSF.
Jd 1º de Maio	a) Implantação de rede coletora de esgoto. b) Drenagem no Jd. Colinas.

^{IV} Patrulha do Asfalto é um conjunto de máquinas e equipamentos adquiridos pela Prefeitura Municipal de Jacareí para executar obras e serviços de pavimentação asfáltica com recursos próprios, sem a necessidade de processos licitatórios.

Jd Paraiso	<p>a) Pavimentação com a patrulha do asfalto, nas seguintes ruas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Oscar P. de Abreu 2. Exp. Joaquim Antonio Nunes 3. Exp. Domingo Ítalo Bruno 4. Antonia Silva Bruno 5. Profº Dirceu José de Souza
Jd. Maria Amélia	<p>a) Execução da 2ª fase de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Joaquim Leite 2. Eunice T. da Silva 3. Bruna Gallati 4. Fábio Túlio de Matos 5. Silas Pires de Oliveira 6. Adelaide Bissoli
Jd. Santo Antonio da Boa Vista	a) Reforma da UBS para adequação ao PSF.
Chácaras Igarapés	a) Reforma da UBS para adequação ao PSF.
B. Pagador Andrade	a) Reforma da UBS para adequação ao PSF.
Jd. Sta Rita	<p>a) Execução de pavimentação asfáltica nas seguintes ruas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. São Daniel 2. São Cipriano 3. São Pedro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacareí.

Concluindo esta descrição sobre o COPAJ na Gestão Orçamentária, vimos que o Conselho tem como uma das competências e objetivos “... *acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimento...*” Para que isto ocorra o Regimento Interno atribui ao Governo Municipal dar garantias para o pleno exercício do COPAJ: “*O município providenciará a infra-estrutura e condições necessárias ao bom funcionamento do Conselho.*” E mais:

“O órgão municipal que não obedecer às regras do OP deve ser convocado pelo Copaj para apresentar justificativas. Esta atitude contra o processo do OP deve passar por uma avaliação do Copaj. Caso não haja o comparecimento, deverá ser levado ao

*conhecimento do Prefeito, por escrito e assinado pelos conselheiros(as).*⁵²

Há debates quanto ao percentual dos recursos destinados à gestão sob a responsabilidade e competências do Conselho do Orçamento Participativo; em Jacareí, neste universo de debate, fala-se em valores entre 4 a 8% do orçamento municipal. No entanto, trabalhando as competências e objetivos do COPAJ, torna-se importante ver que ele está inserido, não apenas no Plano de Investimentos, mas na gestão de todo o orçamento municipal, inclusive com responsabilidades sobre a prestação de contas anuais do Prefeito Municipal. Desta forma concluimos afirmando que o OP é um espaço de pleno exercício da cidadania, onde seu Conselho se apropria do conhecimento, planejamento e co-gestão dos interesses e possibilidades coletivos, que são de responsabilidade da gestão pública.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho de pesquisa, nos apoiamos também na obra de Robert D. Putnam, *“Comunidade e Democracia, a experiência da Itália moderna”*. Na pesquisa realizada por Putnam, nos governos regionais da Itália, ele pôde aferir que os governos locais (*regionais*) apresentaram melhores resultados de gestão, quando comparados com os governos mais distantes (*nacionais*). Os governos locais representavam uma maior possibilidade real de participação da sociedade civil.

Ao final dos seus vinte anos de pesquisa, ele responde à sua própria indagação que era investigar o resultado das experiências dos governos regionais. E Putnam nos apresenta, no capítulo que ele chamou de *“Lições de Experiência Regional Italiana”*, suas conclusões: Alguns governos se destacaram nos aspectos do desempenho. Ao investigar as razões, a conclusão se deu pela proximidade entre a gestão pública e a sociedade civil. Ou seja, onde se via a participação da sociedade.

Portanto, estes governos bem sucedidos representam exatamente o resultado da dimensão do envolvimento e comprometimento da sociedade civil com a gestão dos governos de suas comunidades.

Por envolvimento entendemos que pode ser o resultado de uma ação do próprio governo, uma ação do gestor em exercício, e as conseqüências de uma certa política pública. No entanto o comprometimento virá na medida em que se vislumbra o pleno exercício da cidadania, diante da participação no processo de construção da coletividade.

Assim concluímos este trabalho de pesquisa sobre o OP na cidade de Jacareí. Em Jacareí é seguido um modelo metodológico, diríamos, clássico, pois muito próximo ao praticado na Cidade de Porto Alegre. Respondendo aos nossos objetivos, nos orientamos pela participação e pelo que esta participação representa no universo da população total do município.

Os índices de participação aqui relatados são indicadores dos resultados esperados através do programa do OP. Desta forma se tornam um fator de ponderação e de orientação. Em Jacareí, este fator se movimentou de 1,8% a 0,4% de participação em relação ao número de habitantes do município, durante os anos estudados. Porém, para que possamos tirar conclusões com fundamentação

científica, é oportuno observar à luz das conclusões sobre outros fenômenos sociais, sobre outras pesquisas, ouvindo outros pesquisadores.

Na nossa conclusão estabelecemos como referência os índices alcançados na experiência de OP na cidade de Porto Alegre. Os estudos realizados sobre o OP de Porto Alegre também fazem a reflexão sobre que modelo de democracia se buscava praticar com o auxílio do Orçamento Participativo: se democracia direta ou democracia deliberativa. Para cada modelo desejado se estabelece então o índice ideal de participação da população.

A participação popular nos patamares de 1% e 2% aparece como o limite, nas realizações de OP, e também a sua ocorrência com certa incidência maior ou não dentro de determinados setores sociais. Tanto para o peso da participação, quanto para a explicação com relação à classe social, são envolvidos, na sua compreensão, elementos empíricos e elementos teóricos. A questão teórica vai apontar para o modelo de democracia desejado e se o índice alcançado é o necessário para credenciar tal modelo de democracia.

Neste sentido, a partir dos estudos referenciados, pudemos concluir que, para um modelo de democracia direta, o limite de 2% de participação não são suficientes para demonstrar que esteja havendo mudança e que esteja havendo substituição ou alteração do modelo representativo de administração pública. Ou seja, que esteja sendo alterada a democracia representativa, por outra experiência de democracia participativa ou direta. Porém, quando se quer exercitar uma experiência de democracia deliberativa, estes níveis de participação observados, entre 1% e 2%, atendem e demonstram a possibilidade de uma articulação entre representatividade, exercida pelo poder eleito, e um processo deliberativo participativo, que é então a presença da sociedade civil, através do conselho do OP, com assento também nas diretrizes orçamentárias de um governo.

Em Jacareí, como vimos, o índice de até 1,8% alcançado na participação no OP nos dá então a conclusão de que se exercitou uma experiência deliberativa participativa.

O OP de Jacareí, pelas informações e dados apresentados, é um fenômeno de organização e participação consolidado. Já tem uma dinâmica que conta, sobretudo, com vontade política, desde sua implantação em 2001, até o momento de conclusão deste trabalho de pesquisa. Isto porque já faz parte do cronograma

anual de governo, desde sua implantação em 2001. Partindo, pois, do fator da decisão política (vontade política) identificada, resta, portanto, estudar os dois caminhos, e caminhos muito próximos: a experiência de democracia direta ou a experiência de democracia deliberativa participativa.

Vimos que a participação da população no período estudado, 2001 a 2010, apresentou oscilações de 1,8% a 0,4% da população presente na realização do OP. Estes valores demonstram um fato que requer atenção: uma curva com tendência decrescente. Esta curva aponta para necessidade de um aprofundamento da metodologia e do processo. Processo que compreende desde a mobilização inicial até a definição das diretrizes e a execução orçamentária.

O mesmo gráfico, relacionado com OP de Porto Alegre, apresenta comportamento diferente: tendência crescente. Isto nos levou também a observar a estrutura de governo voltada para o OP, nas duas cidades, Porto Alegre e Jacareí. Na cidade gaucha foi criada uma diretoria do OP; esta estrutura, dentro do organograma da prefeitura, garante o cuidado com o OP, tanto nas suas ferramentas de realização, quanto do corpo técnico. Assim a metodologia, processo e registros podem ser melhor cuidados.

Em Jacareí, pensar sobre a reorganização da estrutura voltada para o OP, pode ser o primeiro passo para inverter o sentido da curva de participação, e também de se implantar efetivos procedimentos de registros e de acompanhamento sistematizado do Orçamento Participativo.

4.1 Sobre a documentação do OP de Jacareí

Ao longo da demonstração dos resultados obtidos sobre o OP de Jacareí, registramos e apresentamos valores que orientaram a construção de tabelas e gráficos. Em todos os casos há a indicação da origem documental sendo “Fonte: *Prefeitura Municipal de Jacareí*”.

É necessário neste momento caracterizar efetivamente o formato e a qualificação destes documentos. Como já esclarecemos anteriormente, nos setores responsáveis pela organização e realização do processo de construção do OP,

órgãos ligados à Secretaria de Governo, não está presente uma sistematização da prática dos registros. Portanto os dados apresentados estão presentes em diferentes documentos, documentos estes sob o formato de arquivos digitais, e que não seguem uma padronização. Estes registros são resultados do cuidado de funcionários e que desta forma foram disponibilizados para utilização deste trabalho.

4.2 Sugestões de futuros trabalhos

Este trabalho de pesquisa, sobre o OP de Jacareí, pôde transitar através de alguns fatores de organização social, sobretudo aspectos presentes nos processos de gestão pública. Enumeraria entre eles, em primeiro lugar, a vontade política. Não se constrói gestão pública democrática sem vontade política; em segundo lugar a participação: democracia se sustenta na participação efetiva da sociedade. Portanto é um cuidado que um governo municipal tem que ter: fomentar mais e mais a participação, com qualidade transformadora. Em terceiro lugar a metodologia tem que ser robusta, e viva o suficiente para motivar a participação e atingir os resultados planejados. E finalmente o processo: ele há que ser estável quando acerta, cuidadoso para se retomar o caminho quando necessário, recriado e fortalecido sempre.

Falar do OP praticado em determinada instância de governo político, necessariamente apresenta muitas situações teóricas e empíricas que sugerem caminhos investigativos. Aí, o projeto de pesquisa tem que ser cauteloso, pois a cada caminho se pode avançar prá conclusões diversas, uma diversidade complementar: a participação, o sentimento de pertencimento, a prática da gestão, o desenvolvimento político, o desenvolvimento social, a prática da democracia participativa, entre muitas outras conclusões possíveis.

Também, historicamente é um assunto novo nas gestões públicas brasileiras. Não se habituou ainda aos registros, às mensurações. Assim, ouvir, ouvir muito as pessoas envolvidas, os protagonistas desta prática de cidadania, prática de gestão pública participativa, também seria (e será) um caminho que duplicaria os resultados deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander. A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo / Leonardo Avritzer e Zander Navarro, (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Sergio e BARROSO, Rodrigo Fernandes (orgs.), Orçamento Participativo – construindo a democracia / Sergio de Azevedo e Rodrigo Barroso Fernandes (orgs.) – Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BERAS, César. O orçamento participativo de Porto Alegre e as possibilidades para a democracia deliberativa no Brasil / César Beras – Porto Alegre: DaCasa Editora, 2009.

BOBIO, Norberto, 1909-Dicionário de política / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v. BOBBIO, Norberto, UNB, 1988, p. 18.

BRANDÃO, Elias. Orçamento Participativo: Avanços, Limites e Desafios / Organizador: Elias Brandão. Maringá: Massoni, 2003.

HERBERT, Sergio Pedro. Orçamento Participativo na perspectiva de Freire e Gramsci: condições para emergência e formação de lideranças / Sergio Pedro Herbert – Porto Alegre: Redes Editora, 2008.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento_p%C3%ABlico – acesso em 25 de agosto de 2011.

http://www.camarajacarei.sp.gov.br/e_exvereadores/ex_vega_13leg/13_legislat.htm, acesso em 05 de novembro de 2011.

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=591&textCode=3837&date=currentDate> acesso em 09-10-2011.

<http://www.jacarei.sp.gov.br/> - acesso em 26 de agosto de 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm – acesso em 25 de agosto de 2011.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao.pdf, acesso em 05 de novembro de 2011.

<http://www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf> acesso em 09-10-2011.

<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>, acesso em 02 de novembro de 2011.

<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>, acesso em 02 de novembro de 2011.

PIRES, Cássia de C. Avaliação da qualidade do processo produtivo de derivados de colofônia por meio da aplicação da técnica do PDCA e das ferramentas da qualidade. 2011. 68 f. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica da Produção) – Pós-Graduação em Gestão Estratégica da Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

Programa de Governo Participativo – Coligação: Vida Nova Jacarerí – Coligação Pt-Pv – Pré- Impressão – Fábrica das Artes – Impressão e Fitolito – Jac Editora, 2000.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna / Robert D. Putnam, com Robert Lenoardi e Rafaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Regimento Interno – Orçamento Participativo 2009 – Livreto produzido pela Secretaria de Governo – Prefeitura Municipal de Jacareí.

SALLES, Helena da Motta, Gestão Democrática e Participativa, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2010.

SÁNCHEZ, Félix. Orçamento Participativo: teoria e prática / Félix Ruiz Sánchez. São Paulo, Cortez, 2002 – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 97).

ANEXOS

ANEXO – I

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ – SP COPAJ -CONSELHO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE JACAREÍ

REGIMENTO

Este Regimento Interno regulamenta o projeto do Orçamento Participativo para 2009, que abrangerá a discussão das peças orçamentárias de Jacareí de 2010, bem como das demais atividades do Orçamento Participativo que influenciarão as peças orçamentárias de 2011.

O QUE É?

O Copaj (Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí) é um órgão criado para ampliar a participação direta da comunidade.

OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

A finalidade principal do Copaj é planejar, propor, fiscalizar e decidir sobre a receita (os recursos que a Prefeitura arrecada) e as despesas do Orçamento do Município de Jacareí. Para isso, o Copaj precisa:

1- Avaliar e opinar, contra ou a favor, e propor alterações:

- a) na proposta do Plano Plurianual, que deve ser enviada à Câmara no primeiro ano de cada mandato do Governo Municipal;
- b) na proposta do Governo para a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que deve ser enviada todos os anos à Câmara;
- c) na proposta do Orçamento Anual, que deve ser apresentada pelo Poder Executivo na primeira semana do mês de setembro, e depois ser enviada à Câmara
- d) na proposta do Plano de Investimentos;
- e) na política tributária e de arrecadação do Poder Público Municipal;
- f) no conjunto de obras e atividades que integram o Planejamento do Governo e no Orçamento Anual apresentados pela Prefeitura, sempre seguindo as determinações do processo de discussão do OP;

g) nos investimentos que a Prefeitura defina como necessários para toda a cidade.

2 – Acompanhar a execução orçamentária anual e fiscalizar o cumprimento do Plano de Investimento, opinando sobre eventuais incrementos, cortes de despesas/investimentos ou alterações no planejamento.

3 – Opinar e decidir em comum acordo com o Executivo a metodologia adequada para o processo de discussão e definição da peça orçamentária e do Plano de Investimentos.

4- Solicitar às secretarias e órgãos do Governo documentos imprescindíveis à formação de opinião dos (as) conselheiros(as), no que tange fundamentalmente a questões complexas e técnicas.

5- Analisar e aprovar, ou não, a Prestação de Contas do Governo, ao final de cada exercício, com o detalhamento por demanda do que foi orçado, do que foi empenhado e do que foi realmente executado.

6- Discutir, ao final de cada exercício anual, este Regimento Interno, e propor mudanças ou emendas, de todo ou em parte.

COMPOSIÇÃO

O Copaj será composto por:

1- Os (as) conselheiros(as) eleitos no ano anterior.

2- Um(a) conselheiro(a) titular e um(a) suplente, de cada Região, para cada 10 (dez) delegados(as) da respectiva Região, presentes na Plenária Geral de delegados(as) (2ª rodada). O quórum mínimo necessário pra eleger um conselheiro é de 10 (dez) delegados(as) presentes na votação.

3- Um(a) conselheiro(a) titular e um(a) suplente, representante do CONSAB (Conselho DE Sociedade Amigos de Bairro) eleito entre os representantes das SABS (Sociedade Amigos de Bairro) e Associação de Moradores em Plenária especialmente convocada para discutir o OP.

4- Três conselheiros(as) titulares e três suplentes representantes do Executivo Municipal.

VÍNCULO DOS MEMBROS

Os membros do Copaj não receberão qualquer tipo de remuneração por sua participação nas atividades do conselho.

Representação do Governo

Os (as) representantes do Governo Municipal no Copaj serão indicados(as) pelo prefeito, tendo direito a voz, mas não tendo direito a voto.

Representantes da sociedade civil

Os(as) conselheiros(as) da cidade serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) presentes na Assembleia Geral de Delegados(as) (2ª rodada), coordenada pela administração municipal em conjunto com o Copaj.

Quórum mínimo

Para instalação das reuniões do Copaj é necessário o quórum de metade mais um dos(as) conselheiros(as) das Regiões. Serão adotados estes mesmos critérios para serem aprovados as deliberações do conselho e os encaminhamentos mais importantes.

DELEGADOS(AS)

O número de delegados(as) será definido na Plenária Local (1ª rodada) na seguinte proporção: um(a) delegado(a) para cada dez participantes dentre aqueles devidamente identificados nas listas de presença nos dias das plenárias.

São atribuições dos(as) delegados(as):

- 1- Conhecer, cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- 2- Participar das reuniões, no mínimo uma vez por mês, organizadas pelos(as) conselheiros(as) nas regiões e temáticas;
- 3- Apoiar os(as) conselheiros(as) na informação e divulgação para a população dos assuntos tratados no Copaj;
- 4- Acompanhar o Plano de Investimentos, desde a elaboração até a conclusão das obras;
- 5- Compôr os Grupos de Trabalho (exemplo: saneamento, meio ambiente, educação, saúde, regimento interno, esporte, cultura, licitação, finanças, infraestrutura, agricultura, funcionalismo, habitação e regularização fundiária) com o objetivo de debater a construção de diretrizes políticas. Estes grupos de trabalho poderão ser ampliado com pessoas da comunidade e poderão se desdobrar em comissões de acompanhamento de obras;

- 6- Deliberar, em conjunto com os(as) conselheiros(as), sobre qualquer impasse ou dúvida que eventualmente surja no processo de elaboração do Orçamento;
- 7- Propor e discutir os critérios para a seleção de demandas nas Unidades de Planejamento da cidade, tendo como orientação geral os critérios aprovados pelo Conselho;
- 8- Discutir, propor emenda a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)e, no primeiro ano de cada mandato da Administração Municipal, o Plano Plurianual, apresentados pelo Executivo;
- 9- Deliberar, em conjunto com os(as) conselheiros(as), alterações no Regimento Interno do Copaj e modificações no processo do OP;
- 10- Formar as Comissões de Fiscalização e Acompanhamento de Obras, desde a elaboração do projeto, passando pela licitação, até a sua conclusão;
- 11- Votar ou defender interesse comum em nome dos(as) demais delegados(as) de sua Região;
- 12 – Votar as propostas de pauta e demandas do OP;
- 13- Poderá ser exercido o papel de delegado apenas em uma região no mesmo mandato.
- 14- Em caso de mudança de região do conselheiro o mesmo continuará representando a região pelo qual foi eleito.

DA ELEIÇÃO

Anualmente haverá eleição para a escolha de conselheiros(as), de cada Região, de acordo com o número de delegados(as) presentes na Plenária Geral de delegados(as).

Critérios para a eleição dos(as) conselheiros(as)

Será eleito(a) representante da sociedade civil no Copaj aquele(a) que possuir maioria simples de votos dos participantes da Plenária Geral de delegados(as) de cada Região. Poderão se candidatar ao conselho aqueles(as) que comprovadamente:

- 1- Sejam munícipes de Jacareí;
- 2- Sejam moradores(as) da Região em que será candidato(a).
- 3- Sejam maiores de 16 anos;

- 4- Não tenham cargo em comissão nos poderes Legislativo ou Executivo municipal, estadual ou federal;
- 5- Não sejam assessores políticos;
- 6- Não exerçam função de chefia nos poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal. O(a) conselheiro(a) só poderá ser eleito(a) representante de uma única região e na plenária do Consab.

DURAÇÃO DO MANDATO

O mandato dos(as) conselheiros(as) terá duração de 2(dois) anos.

DIREITOS DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

- 1- Votar e ser votado em eleições de representação do Conselho;
- 2- Exigir o cumprimento das resoluções e decisões tomadas pelo Conselho;
- 3- Ter acesso a todas as informações que sejam necessárias para o desenvolvimento de suas funções;
- 4- Na ausência do(a) conselheiro(a) titular, o (a) suplente assumirá automaticamente, com direito a voz e voto.

DEVERES DOS(AS) CONSELHEIROS(AS)

- 1- Conhecer, cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- 2- Comparecer às reuniões e plenárias convocadas pelo Conselho;
- 3- Realizar pelos menos uma reunião mensal com delegados(as) e movimentos populares organizados da Região ou conselhos que representa;
- 4- Informar nas reuniões e plenárias sobre o processo de discussão em realização no Conselho e colher sugestões e/ou deliberações por escrito;
- 5- Participar de seminários do Copaj visando sua qualificação no conhecimento do ciclo do OP e do Orçamento Público;
- 6- Informar ao Conselho com antecedência quando de sua ausência de alguma reunião ou assembleia.

As decisões anteriores na comunidade, no processo de escolha das prioridades da cidade, não serão passíveis de alterações posteriores pelos(as) conselheiros(as), a não ser por justificativa técnica, financeira ou legal, após efetuada análise pelos órgãos competentes.

PERDA DO MANDATO

Os(as) conselheiros(as) perderão seus mandatos nos seguintes casos:

- 1- Por renúncia, que deverá ser encaminhada por escrito ao Copaj, com a data e assinatura;
- 2- O(a) conselheiro(a) que se ausentar das reuniões ordinárias do Conselho por 3 (três) reuniões consecutivas ou por 5 (cinco) alternadas sem justificativa terá o mandato revogado e o(a) suplente passará a ter titularidade no Conselho.
- 3- A justificativa para as faltas terá que ser por escrito, dirigida à coordenação do Copaj. O prazo para apresentação é de uma semana, a contar da falta.
- 4- Não poderá ser considerada falta à reunião de comissões, plenárias e debates do Copaj, dos(as) conselheiros(as) e delegados(as) surdos (deficientes auditivos) caso estes não contem com o auxílio de um profissional intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libra).
- 5- Os(as) conselheiros(as) que perderem o mandato não poderão se candidatar novamente ao Conselho durante o prazo de um ano.

INSTÂNCIAS DO CONSELHO

- 1- Coordenação do Copaj;
- 2- Secretaria Executiva;
- 3- Grupos de Trabalho

Coordenação do Copaj

Será composto por:

- 6 (seis) conselheiros(as) do Copaj, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes;
- por 4(quatro) membros do Governo, sendo 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes;
- mais a secretaria do Copaj

Competências

- 1- Convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Copaj. A coordenação das reuniões deverá ser efetuada em rodízio entre os representantes do Governo e os(as) conselheiros(as) do Copaj;
- 2- Convocar os membros do Copaj para as atividades, dando-lhes conhecimento

prévio da pauta;

3- Agendar o comparecimento dos órgãos do Poder Público Municipal, quando a matéria em questão exigir;

4- Apresentar para apreciação do Copaj proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo a ser enviada anualmente à Câmara;

5- Apresentar para o Conselho o Plano Plurianual do Governo em vigor ou a ser enviado à Câmara;

6- Apresentar para apreciação do Conselho a proposta de política tributária e arrecadação do Poder Público Municipal;

7- Apresentar para apreciação do Copaj a proposta metodológica do governo para discussão e definição da peça orçamentária das obras e atividades que deverão constar no Plano de Investimentos e Custeio;

8- Convocar os(as) delegados(as) para informar sobre o processo de discussões do Copaj;

9- Encaminhar junto ao Executivo Municipal as deliberações do Copaj;

10- Consultar a plenária sobre a necessidade de reservar um período de tempo no início das reuniões do Copaj para informes;

11 – Conhecer, cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

12 – Coordenar e planejar as atividades do Conselho;

13 – Discutir e propor as pautas e o calendário mensal das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 15 dias;

14 – Reunir-se em sessão ordinária uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário;

15 – Prestar contas ao Copaj de suas atividades mensalmente;

16- Apreciar e mediar conflitos nas Regiões, referentes a divergências quanto à priorização de obras, serviços e diretrizes políticas;

17 – Organizar um seminário anual sobre a dinâmica do OP, sempre no início de cada gestão do Copaj, com o objetivo de qualificar e ampliar o conhecimento dos(as) conselheiros(as);

18 – Discutir e apresentar propostas de solução para assuntos que envolvam duas ou mais Regiões;

19 – O Copaj, através de sua coordenação, constituirá comissão especial que irá acompanhar de forma sempre atualizada a real carência de cada região;

20 – O Copaj constituirá grupos de trabalho temáticos para estudo de viabilização técnica e financeira das prioridades decididas pelas assembleias populares, e comunicará os resultados e decisões às Regiões;

21- O Copaj deverá organizar um seminário de capacitação dos(as) delegados(as) sobre o Orçamento Público, Regimento Interno, Critérios Gerais e Técnicos, com a produção de material específico para melhorar a qualidade da informação.

Atribuições dos(as) coordenadores(as)

1- Estar presente a todas as reuniões organizadas pelo Copaj;

2 – Colaborar com a mesa na condução dos trabalhos;

3 – Contribuir com subsídios e informações atualizadas no sentido de auxiliar o trabalho dos(as) conselheiros(as);

4 – Informar a posição do Governo sobre assuntos de interesse da cidade;

5- Informar a situação das atividades e obras de interesse da comunidade;

Será substituído(a) o(a) conselheiro(a) da coordenação do Copaj que atingir 3 (três) faltas consecutivas ou 5(cinco) alternadas. Com o aval da plenária, até 4 (quatro) faltas podem ser justificadas.

INFRAESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

O município providenciará a infraestrutura e condições necessárias ao bom funcionamento do Conselho.

Disponibilizará aos(as) conselheiros(as) cursos de qualificação e capacitação, consultas a todas as informações relativas ao Orçamento do Município de Jacareí, bem como o andamento das demandas e serviços, e do Plano de Investimentos com a posição atualizada.

Após a conclusão da licitação, o responsável técnico da Prefeitura pela obra deverá fazer contato com o Conselho. Antes da "ordem de início" da obra, será realizada a primeira reunião para conhecimento detalhado do projeto e estabelecimento da rotina de acompanhamento da obra. Quando conselheiros(as) e delegados(as) tiverem que se deslocar para pontos distantes para visitar ou inspecionar obras, o transporte ficará a cargo da Coordenadoria do Orçamento Participativo, quando convocados pelo Governo.

O órgão municipal que não obedecer às regras do OP deve ser convocado pelo

Copaj para apresentar justificativas. Esta atitude contra o processo do OP deve passar por uma avaliação do Copaj. Caso não haja o comparecimento, deverá ser levado ao conhecimento do Prefeito, por escrito e assinado pelos conselheiros(as).

Os cursos de qualificação para os(as) conselheiros(as) e delegados(as) que desejarem devem ser promovidos pela Coordenadoria do Orçamento Participativo, nas diversas áreas do interesse social, ouvindo os demais conselhos.

Após a instalação do Copaj, na sua primeira reunião será definida a dinâmica do seu funcionamento (dia, hora, local). As resoluções aprovadas serão encaminhadas ao Executivo, que as acolherá ou vetará, no todo ou em parte. Vetada a resolução, a matéria retorna ao Conselho para nova apreciação ou votação. A rejeição do veto somente ocorrerá por decisão de no mínimo dois terços dos votos dos membros do Conselho. Fica o Executivo obrigado a dar abertura ao processo de discussão anual da peça orçamentária e do Plano de Governo até 15 de março de cada exercício anterior, ou seja, no prazo de 30 dias antes de enviar a proposta da LDO à Câmara. A Prefeitura deverá entregar a Prestação de Contas do Plano de Investimentos (obras e atividades definidas no exercício anterior), bem como a realização do Orçamento do ano anterior (despesas X receita) nas plenárias locais, plenárias do Consab, coordenadas pela administração municipal em conjunto com a organização popular das respectivas regiões. A coordenação do Copaj deverá propor, no início do processo de discussão do Orçamento, uma metodologia adequada para o estudo da peça orçamentária e levantamento das prioridades da comunidade, bem como o cronograma de trabalho.

Nas reuniões da coordenação do Copaj deverá ser lida e aprovada a ata da reunião anterior, com as deliberações e encaminhamentos.

As obras institucionais, que para sua implementação exigirem recursos orçamentários próprios ou financiamentos de organismos nacionais ou internacionais, deverão ser apresentadas e debatidas previamente com a comunidade mais diretamente interessada. O orçamento de custeio deverá ser discutido no Copaj.

SECRETARIA EXECUTIVA

O (a) secretário(a) executivo(a) será indicação da Administração Municipal, e mantido(a) por ele através da Coordenadoria do Orçamento Participativo, devendo

fornecer meios para seu funcionamento e adequado registro das atividades do Copaj.

Atribuições

- 1- Viabilizar o bom funcionamento do Copaj e de sua coordenação, assessorando no que for necessário;
- 2- Coordenar a relação do Copaj com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura, no sentido de viabilizar a divulgação de todo o processo do OP, tanto para a população como para os meios de comunicação;
- 3- Elaborar as atas das reuniões do Conselho e apresentá-las na reunião posterior;
- 4- Realizar o controle de frequência nas reuniões do Conselho, informando a coordenação do Copaj mensalmente para análise e providências;
- 5- Organizar o cadastro dos(as) conselheiros(as) das Regiões;
- 6 – Fornecer aos(as) conselheiros(as) cópias dos editais de licitação das obras com local e data de abertura dos envelopes com as propostas;
- 7- Organizar e manter toda a documentação e informação do Conselho, proporcionando acesso aos(às) conselheiros(as);
- 8- Fornecer apoio material (cópias, xerox, correspondências etc.) ao trabalho dos(as) conselheiros(as);
- 9- Divulgar os vencedores dos editais de demandas constantes do Plano de Investimento;
- 10 – Entregar, quando solicitadas, cópias dos contratos de demandas constantes do Plano de Investimento, efetuadas entre os contratados e a administração.

GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho compõem uma estrutura de apoio ao Conselho, e não possuem caráter deliberativo. Os grupos de trabalho do Copaj estarão abertos à participação dos delegados(as) do OP.

Compete aos grupos de trabalho:

- 1- Detalhar as demandas, buscar orientação técnica para viabilizar soluções e propor ao Conselho alternativas para seu atendimento, quando necessárias;
- 2- Propor critérios de priorização no atendimento.

REUNIÕES DO CONSELHO

Ordinariamente, o Copaj se reunirá mensalmente e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

IMPASSES

Caracterizada uma situação de impasse, caberá à coordenação do Copaj a decisão final, sendo necessários dois terços dos votos.

CARÁTER DAS REUNIÕES

As reuniões do Copaj são públicas, sendo permitida a livre manifestação dos titulares e suplentes sobre os assuntos em pauta, respeitada a ordem de inscrições.

CARÁTER DAS INTERVENÇÕES

As manifestações dos(as) conselheiros(as) ou suplentes terão tempo máximo de três minutos cada uma.

DIREITO A VOZ E VOTO

Têm direito a voto nas deliberações das reuniões:

- os(as) conselheiros(as) titulares;
- e os suplentes que estiverem no exercício da titularidade.

PARTICIPAÇÃO DE PARLAMENTARES

É facultado aos parlamentares o direito de participar das reuniões do Copaj, possuindo direito a voz, mas não ao voto.

DEPOIMENTOS/ESCLARECIMENTOS

O Copaj poderá convidar pessoas a prestar esclarecimentos sobre matérias que estão sendo objeto de apreciação do Conselho.

CASOS OMISSOS

Os casos omissos neste regimento serão decididos pelo Copaj.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Em 2010, o Copaj será formado pelos(as) atuais conselheiros(as) eleitos(as) em 2009 e os(as) conselheiros(as) eleitos(as) em 2009, garantindo nos anos seguintes continuidade e renovação.

O presente regimento vigorará a partir do dia 15 de outubro de 2009.

Jacareí, 14 de outubro de 2009.

Prefeitura Municipal de Jacareí
Secretaria de Governo
Copaj – Conselho do Orçamento Participativo de Jacareí

METODOLOGIA

O processo de realização do OP de Jacareí entra no seu décimo ano consolidando-se como um importante mecanismo de participação popular. Todo o processo se desenvolverá durante o ano de 2010 e terá as seguintes etapas:

1- Plenária festiva de abertura com a participação dos (as) delegados(as) dos anos anteriores, da administração pública e de convidados. Na oportunidade será apresentada a metodologia e as orientações gerais para que todos possam desenvolver sua participação cidadã.

2- Plenárias regionais realizadas em alguns bairros, convocadas pelas próprias lideranças locais (conselheiros(as) e delegados(as) do OP, lideranças comunitárias, religiosas, associativas, esportivas etc.) que se organizam para a convocação ampla dos(as) moradores(as), na ausência destes, pela Secretaria de Governo.

As plenárias são monitoradas por uma equipe formada pela Secretaria de Governo e conselheiros(as) do Copaj.

A pauta das plenárias regionais em 2010 será:

- a. O OP em Jacareí;
- b. Prestando contas da Prefeitura Municipal de Jacareí e resgate histórico dos 10

anos de OP;

c. Diretrizes para o OP 2010;

d. Eleição dos(as) delegados(as) para o próximo período.

3 – Levantamento e sistematização das diretrizes qualificadas no PPA 2010-2013

4- Participação do Copaj na elaboração da LDO e da LOA.

5- Plenária geral de Delegados(as), coordenada pelo Governo Municipal por intermédio da Secretaria de Governo, tendo como pauta mínima:

a. O OP de Jacareí;

b. Prestando contas da Prefeitura Municipal de Jacareí;

c. Diretrizes sistematizadas para o OP 2010;

d. Eleição dos(as) novos(as) conselheiros(as) que integrarão o Copaj.

6- O Copaj é formado pelos(as) novos(as) conselheiros(as) de 2010 e pelos(as) eleitos(as) em 2009. Todos(as) passam por processos de informação, orientação e capacitação.

7- Eleição da nova coordenação do Copaj.

8- O Copaj, com base nas prioridades regionais definidas na Plenária Geral de Delegados(as), define as novas prioridades do OP para a cidade em 2010, discute o Orçamento Municipal e participa da elaboração da LOA (Lei de Orçamento Anual).

9- O Copaj formará Grupos de Trabalho temáticos que farão o acompanhamento das ações de governo em suas respectivas áreas.

10 – Organização e realização das Plenárias Regionais de delegados(as), com o objetivo de ampliar o processo de informação e formação sobre o OP.

11- O Copaj começa a acompanhar, fiscalizar e deliberar a política de participação popular no PPA (Plano Plurianual) do período de 2010-2013.

12 – O Copaj fará a revisão e adequação do Regimento Interno quando necessário.

13 – O Copaj e a Secretaria de Governo Municipal trabalharão para a realização do OP infanto-juvenil em 2010.

ANEXO - II

DIVISÃO DA CIDADE EM REGIÕES

CENTRAL

JD. RIO PARAÍBA; **JD. SÃO JOSÉ**; V. SÃO JOSÉ; JD. LEONÍDIA; JD. MESQUITA; JD. ESPER; JD. GUARANI; JD. PEREIRA DO AMPARO; CENTRO; JD. BELA VISTA; JD. BOA VISTA; V. DENISE; VILA N. S. DE FÁTIMA; JD. LIBERDADE

OESTE VII

BANDEIRA BRANCA, CDHU BANDEIRA BRANCA, BOM JESUS, ITAPEVA, JARDIM

SUL I

PARQUE SANTO ANTÔNIO, JARDIM M^a AMÉLIA, JD DAS OLIVEIRAS, JD OLIMPIA, JD SANTA MÔNICA, JD COLEGINHO, VILA ALIANÇA.

LESTE I

PARQUE CALIFORNIA, JARDIM CALIFORNIA, JARDIM DAS INDUSTRIAS, PARQUE NOVA AMÉRICA, JD PRIMAVERA, JD MARCONDES, JD LUIZA, JD VERA LUCIA, JD NICÉLIA, ALTOS DE SANTANA I E II, RIO COMPRIDO, PARQUE RESIDENCIAL SANTA PAULA, CONDOMÍNIO TERRAS DE SANTANA.

SUL III

SANTO ANTÔNIO DA BOA VISTA, JARDIM COLONIA.

OESTE I, II, III

JARDIM PAULISTANO, JD PANORAMA, SANTA CRUZ DOS LÁZAROS, JD BEIRA RIO, JD ELZA MARIA, JD AMÉRICA, JD DIDINHA, JD EMILIA, JD FLÓRIDA, VILA ITA, CLUBE DE CAMPO, RESIDENCIAL SÃO PAULO, BANEARIO PARAIBA, CIDADE JARDIM, JD JACINTO, JD SIESTA, JD MARISTER, JD INDEPENDENCIA.

NORTE I

PARQUE MEIA LUA, PAGADOR ANDRADE, JARDIM CONQUISTA, LAGOA AZUL.

OESTE IVI

JARDIM SÃO LUÍZ, JD ESPERANÇA, JARDIM DO PORTAL, NOVA ESPERANÇA, CIDADE NOVA JACAREÍ, VILA MORANDO

OESTE V

PARQUE IMPERIAL, JD PEDRAMAR
VERANEIO IJAL, E VERANEIO IRAJÁ.

SUDOESTE

VILA GARCIA, VILA SÃO JOÃO, VILA SÃO SIMÃO, SÃO SILVESTRE, CHÁCARAS
MARILIA, JD BOA VITA, CHÁCARAS GUARAREMA.

LESTE II

JARDIM SANTA MARINA, CIDADE SALVADOR, JD PITORESCO, JD REAL.

OESTE III

IGARAPÉS, CONJUNTO 1º DE MAIO, JARDIM ALVORADA, CHÁCARAS
REUNIDAS BELA VISTA, CONJUNTO 22 DE ABRIL.

LESTE III

PARQUE DOS PRINCÍPES, VILA ZEZÉ, CECAP.

SUL IV

JARDIM PARAISO, JARDIM YOLANDA, CONJUNTO NOVO AMANHANCER.

ANEXO - III

Relatório do Orçamento Participativo

A primeira etapa foi a nomeação de dois assessores que iriam desenvolver o projeto. O primeiro passo foi visitar cidades que já haviam implantado o OP, a cidade que foi eleita como preferencial é a cidade de Sto André, nessas visitas os coordenadores colheram informações, materiais e consultaram outros coordenadores do OP.

A segunda etapa foi a apresentação do OP ao executivo (acredito ser ao Conjunto do Governo - ao Prefeito) e à população, foi convidada a Sra. Natalina diretora do núcleo de participação popular para apresentar a experiência obtida em Sto André.

A terceira etapa foi a divisão da cidade em regiões, a cidade foi dividida em 17 regiões, o critério utilizado foi a proximidade dos bairros, o outro passo foi a divulgação das plenárias que contou com uma equipe de 5 pessoas e um carro de som, que circulava dois dias antes das plenárias.

Como foram realizadas as plenárias

O processo de realização das plenárias era composto por três fases, a primeira era apresentar à população a situação das finanças do município, passar a metodologia e regras do OP, a segunda fase era dividir os moradores em grupos de no máximo 30 pessoas, o critério de divisão era separar por bairros e quando o bairro não atingia o número mínimo que era de 10 pessoas, agrupavam a outro bairro com menor participação, nesses grupos os moradores expunham as demandas que em primeiro momento não foram detalhadas em serviços, manutenção e obras. A terceira fase era a eleição dos delegados, e o critério usado era que a cada dez pessoas presentes teria o bairro, direito a eleger um delegado. As plenárias foram marcadas pela presença do Prefeito, Vereadores, Secretários e demais funcionários da PMJ (Prefeitura Municipal de Jacareí), comissionados ou não, que ajudaram na divisão dos grupos e andamentos das plenárias.

Foram realizadas 18 plenárias, sendo que 17 foram as plenárias regionais, e uma outra realizada com a finalidade de eleger a prioridade definida e o conselheiro da região. O Critério para eleição do conselheiro foi o seguinte, a região que obteve o mínimo de 50 participantes, teria o direito de eleger um conselheiro e um suplente.

O Orçamento participativo foi uma experiência inédita em nossa cidade que proporcionou a participação direta e expressiva de quase 3.500 pessoas, durante as reuniões realizadas em 17 regiões, na discussão das principais carências do município e de como o dinheiro público deveria ser investido para atender os anseios da população. Foram eleitos pelas regiões 339 delegados para defender as prioridades levantadas na Assembléia Geral do Orçamento Participativo, realizada no dia 22 de abril, 339 delegados escolheram a prioridade nº 1 (um) e nº 2 (dois) de cada região e também a prioridade para toda a cidade, que estão contidas no anexo de metas e prioridade.

Ficou decidido que o Executivo se compromete a realizar a prioridade nº 1 (um) e atender a prioridade nº 2 (dois) caso possua recursos.

Os delegados escolheram também 15 conselheiros das regiões que, junto com representantes da prefeitura, formarão um Conselho Paritário para acompanhar todo o processo orçamentário até a finalização da obra.

O apoio da Prefeitura Municipal

Devido à grande dívida herdada da administração, a prefeitura não teve condições de nomear uma equipe específica para atuar no OP, mas contribuiu com a parte material fornecendo camisas, faixas, panfletos, canetas, pastas e infra-estrutura para realização das plenárias.

Como foi a participação da população

A participação da população, como mostram os números acima mencionados, foi de grande importância, sentimos a população surpresa com a presença do Prefeito nas plenárias, pois é a primeira vez que um prefeito volta aos bairros da cidade depois de eleito. É também a primeira vez que um partido de esquerda assume a administração, sendo que as administrações passadas eram compostas por famílias tradicionais que não desenvolveram a participação popular. Desenvolver a participação popular é um desafio da atual administração que estabelece o OP como um dos meios de integração da população para com a administração.”^V

ANEXO – IV

"Orçamento Participativo 2004

METODOLOGIA

O processo de realização do Orçamento Participativo de Jacareí entra no seu quarto ano consolidando-se como um importante mecanismo de participação popular, desenvolve-se durante todo o ano e em 2004 terá as seguintes etapas:

Plenária Festiva de abertura com a participação dos delegados dos anos anteriores, a administração pública de Jacareí e convidados. Na oportunidade apresenta-se a metodologia e as orientações gerais para que todos possam desenvolver a sua participação cidadã.

Plenárias Locais realizadas nos bairros, convocadas pelas próprias lideranças locais (conselheiros e delegados do OP, lideranças comunitárias, religiosas, associativas, esportivas etc.), que se organizam para a convocação ampla dos moradores do

^V Transcrição do relatório contido em apostila com documentos atribuídos ao OP de 2003.

bairro, definem o local de realização da plenária, a data da mesma (dentro de um calendário pré-estabelecido) etc.

As plenárias são monitoradas por uma equipe formada pela Assessoria de Assuntos da Comunidade e Conselheiros do COPAJ.

A pauta das Plenárias Locais em 2004 será:

O OP em Jacareí;

Prestando conta da PMJ;

Diretrizes para o OP 2004 e para o próximo período;

Qualificação e priorização das demandas locais;

Eleição dos delegados para o próximo período.

Levantamento e sistematização das demandas

qualificadas nas plenárias locais e os temas prioritários para a cidade.

Participação do COPAJ na elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Plenária Geral de Delegados, coordenada pelo

Governo Municipal através da Assessoria de Assuntos da Comunidade, tendo como pauta mínima:

O OP de Jacareí;

Prestando contas da PMJ;

Diretrizes para o OP 2004 e para o próximo período;

Qualificação das demandas regionais e prioridades.

Eleição dos novos conselheiros que integrarão o COPAJ;

VI. O COPAJ se constitui incorporando os novos conselheiros de 2004 aos eleitos em 2003. Começa um processo de informação, orientação e capacitação dos conselheiros para o bom funcionamento do COPAJ.

Eleição da nova Coordenação do COPAJ

O COPAJ, com bases nas prioridades regionais

definidas na Plenária Geral de Delegados, define as novas prioridades do OP para a cidade em 2005, discute o Orçamento Municipal e participa da elaboração da LOA (Lei de Orçamento Anual).

O COPAJ formará Grupos de Trabalhos Temáticos

que farão o acompanhamento das ações de governo em suas respectivas áreas.

Organização e realização das Plenárias Regionais

de delegados – informação e formação sobre o Orçamento Participativo.

O COPAJ começa a formular a política de participação popular no próximo PPA – Plano Plurianual do período de 2006 – 2009 a ser realizado em 2005.

O COPAJ fará revisão e adequação do regimento interno para o próximo período.”

ANEXO V

DIRETRIZES DAS PLENÁRIAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2006

REGIÃO OESTE

OESTE 1 (8 grupos) – Jardim Alvorada, Conjunto 1º de Maio, Chácaras Rurais Igarapés, Chácaras Rurais Bela Vista, Veraneio Ijal, Veraneio Irajá

Conclusão da pavimentação nos bairros - 8 grupos

Ampliação e Reforma das Escolas - 7 grupos

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto - 6 grupos

Construção de mais Postos de Saúde – 5 grupos

Ampliação das UBS's – 3 grupos

Tratamento e Despoluição dos Córregos – 3 grupos

Ampliação e Reforma de Creches - 3 grupos

Investimento nas Áreas Habitacionais - 1 grupo

OESTE 2 (3 grupos) – Conjunto 22 de Abril

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto - 3 grupos

Construção de mais Postos de Saúde – 3 grupos

Ampliação das UBS's – 2 grupos

Conclusão da pavimentação nos bairros - 2 grupos

Investimento nas Áreas Habitacionais - 2 grupos

Ampliação e Reforma de Creches - 1 grupo

Ampliação e Reforma das Escolas - 1 grupo

OESTE 3 (4 grupos) – Bandeira Branca, CDHU Bandeira Branca, Estância Porto Velho, Jardim Panorama, Jardim Vista Verde, Jardim Independência, Jardim Beira Rio, Jardim Elza Maria, Jardim América, São João, Jardim Paulistano, Residencial

São Paulo, Santa Cruz dos Lázaros, Jardim Dindinha, Balneário Paraíba, Cidade Jardim, Jardim Terras de São João, Jardim Terras de Santa Helena
 Ampliação e Reforma nas Escolas (Emei/Emef) – 3 grupos
 Construção de mais Postos de Saúde - 3 grupos
 Ampliação e Reforma das Creches - 2 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto - 1 grupo
 Pavimentação nos bairros - 1 grupo
 Investimento da área habitacional - 1 grupo

OESTE 4 (4 grupos) – Jardim Nova Esperança, Vila São Judas, Cidade Nova Jacareí, Jardim São Luis, Jardim Nova Esperança, Jardim do Portal, Parque Imperial, Jardim Pedramar, Jardim Emília, Jardim Terras da Conceição, Vila Ita, Vila Machado, Jardim Flórida, Rio Abaixo, Jardim Siesta, Jardim Jacinto, Jardim Marister
 Conclusão da pavimentação nos bairros - 4 grupos
 Construção de mais Postos de Saúde – 3 grupos
 Tratamento e Despoluição dos Córregos – 3 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto - 2 grupos
 Ampliação das UBS's – 2 grupos
 Investimento nas Áreas Habitacionais - 1 grupo
 Ampliação e Reforma de Creches - 1 grupo
 Ampliação e Reforma das Escolas - 1 grupo

REGIÃO LESTE

LESTE 1 (1 grupo) – Condomínio Terras de Santana, Altos de Santana, Vila D'Itália, Pedras Preciosas, Parque Califórnia, Jardim Califórnia, Jardim Vera Lúcia, Rio Comprido, Vila Branca, Mirante do Vale, Parque Residencial Santa Paula, Jardim Primavera, Jardim Luiza, Jardim Marcondes, Jardim Nicélia, Jardim Dora, Parque Nova América, Jardim das Indústrias
 Ampliação das UBS's
 Ampliação e Reforma de Escolas
 Ampliação e Reforma das Creches
 Tratamento e Despoluição dos Córregos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto

LESTE 2 (5 grupos) – Cidade Salvador, Jardim Real, Jardim Pitoresco, Jardim Santa Marina, Conjunto São Benedito, Vila Zezé, Parque dos Príncipes
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 6 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 4 grupos
 Ampliação das UBS's – 4 grupos
 Ampliação e Reforma das Creches – 3 grupos
 Ampliação e Reforma de Escolas - 2 grupos
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos
 Construção de mais Postos de Saúde - 2 grupos

REGIÃO NORTE

NORTE 1 (5 grupos) – Parque Meia Lua, Lagoa Azul
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 5 grupos
 Ampliação das UBS's – 4 grupos
 Ampliação e Reforma de Escolas - 4 grupos
 Investimento na Área Habitacional – 3 grupos
 Ampliação e Reforma das Creches – 3 grupos
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 4 grupos
 NORTE 2 (2 grupos) – Jardim Santa Maria, Prolongamento Santa Maria, Parque Brasil, Terras de Santa Clara, Chácaras Rurais Santa Maria, Avareí
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 2 grupos
 Ampliação das UBS's – 2 grupos
 Ampliação e Reforma de Escolas - 1 grupo
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 1 grupo

REGIÃO SUL

SUL 1 (1 grupo) – Jardim do Vale, Jardim Colinas, Jardim Santa Rita, Vila Guedes, CDHU Campo Grande
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros
 Ampliação e Reforma das Creches
 Construção de mais Postos de Saúde

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto
Tratamento e Despoluição dos Córregos

SUL 2 (6 grupos) – Jardim Colônia, Santo Antonio da Boa Vista

Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 6 grupos

Construção de mais Postos de Saúde - 5 grupos

Ampliação e Reforma de Escolas - 5 grupos

Tratamento e Despoluição dos Córregos - 3 grupos

Investimento na Área Habitacional – 3 grupos

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 3 grupos

Ampliação das UBS's – 1 grupo

Ampliação e Reforma das Creches – 1 grupo

SUL 3 (3 grupos) – Parque Santo Antonio, Jardim das Oliveiras, Jardim Santa
Mônica, Jardim Nova Aliança, Jardim Coleginho, Maria Amélia, Jardim Olímpia

Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 3 grupos

Ampliação das UBS's – 3 grupos

Ampliação e Reforma das Creches – 2 grupos

Ampliação e Reforma de Escolas - 2 grupos

Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 1 grupo

SUL 4 - Jardim Paraíso, Jardim Yolanda, Conjunto Novo Amanhecer

Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 3 grupos

Ampliação e Reforma de Escolas - 3 grupos

Ampliação das UBS's – 3 grupos

Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos

Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 2 grupos

Ampliação e Reforma das Creches – 3 grupos

REGIÃO CENTRAL

CENTRAL 1 (2 grupos) – Jardim Rio Paraíba, Jardim São José, Jardim Leonídia,
Jardim Mesquita, Jardim Esper, Jardim Guarani, Jardim Pereira do Amparo, Centro,
Jardim Bela Vista, Jardim Boa Vista, Vila Denise, Vila Nossa Senhora de Fátima,
Jardim Liberdade

Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 2 grupos
 Ampliação das UBS's – 2 grupos
 Ampliação e Reforma de Escolas - 2 grupos
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 1 grupo
 Ampliação e Reforma das Creches – 1 grupo

REGIÃO SUDOESTE

Distrito de São Silvestre – 2 grupos
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 2 grupos
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 2 grupos
 Investimento na Área Habitacional – 2 grupos
 Ampliação das UBS's – 1 grupo
 Ampliação e Reforma de Escolas - 1 grupo
 Ampliação e Reforma das Creches – 1 grupo

REGIÃO NORDESTE

Rio Abaixo, Pagador Andrade, Cepinho) – 2 grupos
 Investimento na Área Habitacional – 2 grupos
 Ampliação das UBS's – 2 grupos
 Complementação das Redes e Tratamento de Esgoto – 1 grupo
 Tratamento e Despoluição dos Córregos - 1 grupo
 Ampliação e Reforma de Escolas - 1 grupo
 Construção de mais Postos de Saúde - 1 grupo
 Conclusão da Pavimentação nos Bairros – 1 grupo”

ANEXO VI

“Obras decididas nas Plenárias do Orçamento Participativo e executadas em 2004/2005

- ***Parque Meia Lua – 2ª Fase da Pavimentação***
Ruas: Takeo Ota (parcial) , Alberto Lukascek (parcial), João Batista Machado , Antônio Lourenço de Souza, Benedita Andrade da Silva e Carmina Soléo.

- **Parque dos Príncipes**

Pavimentação com a Patrulha do Asfalto - Ruas: Um, 38, 39, 43, 44 e 47.

Substituição da antiga canalização metálica para concreto sobre o córrego do Turi.

Construção de uma nova travessia sobre o córrego do Turi na Rua 47

- **Jardim do Vale – Pavimentação com a Patrulha do Asfalto**

Ruas: Vicência Batista , Lafayette Prianti , Jurandir Fonsi Suzana de Castro Ramos, Benedito Garcia de Melo e Profª Maria Hankens.

- **1º de Maio – Implantação da Rede Coletora de Esgoto**

Drenagem no Jardim Colinas.

- **Jardim Paraíso – 2ª Fase da Pavimentação**

Ruas: Oscar P. de Abreu (parcial), Exp. Joaquim Antônio Nunes (parcial), Exp. Domingo Ítalo Bruno (parcial), Antônio Silva Bruno e Profº. Dirceu José de Souza.

- **Maria Amélia – 2ª Fase da Pavimentação**

Ruas: Joaquim Leite, Eunice T. da Silva, Bruno Gallati, Fábio Túlio de Matos

Avenidas (parcial) : Silas Pires de Oliveira e Adelaide Bissoli.

- **UBS's reformadas para se adequarem ao PSC (Demanda levantada no 1º ano do Orçamento Participativo)**

Bairros: Jardim do Vale, Santo Antônio da Boa Vista, Igarapés, Pagador Andrade e Parque Meia Lua.

- **Jardim Santa Rita – Pavimentação**

Ruas: São Daniel (parcial), São Cipriano (parcial) e São Pedro.”

CITAÇÕES

¹ SALES, Helena da Mota, 2010, p. 16

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm – acesso em 25 de agosto de 2011

³ SALES, Helena da Mota, 2010, p. 42

⁴ SALES, Helena da Mota, 2010, p. 82

⁵ http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento_p%C3%ABlico – acesso em 25 de agosto de 2011

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Or%C3%A7amento_p%C3%ABlico – acesso em 25 de agosto de 2011

⁷ <http://www.jacarei.sp.gov.br/> - acesso em 26 de agosto de 2011

⁸ FILHO, Sérgio Montenegro em

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=591&textCode=3837&date=currentDate> acesso em 09-10-2011

⁹ <http://www.pt.org.br/arquivos/manifesto.pdf> acesso em 09-10-2011

¹⁰ FILHO, Sérgio Montenegro em

<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=591&textCode=3837&date=currentDate> acesso em 09-10-2011

¹¹ BOBBIO, Norberto, UNB, 1998, p. 317

¹² http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_14nov1980.htm acesso em 09-10-2011

¹³ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 465

¹⁴ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 46

¹⁵ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 46

¹⁶ <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/artigos/direito/DemocraciaRepresentativa.pdf> acesso em 10-11-2011

¹⁷ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 27

¹⁸ BOBBIO, Norberto, UNB, 1988, p. 18

¹⁹ PUTNAM, Robert D., 2006, FGV, p. 77

²⁰ PUTNAM, Robert D., 2006, FGV, p. 68

²¹ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 39

²² SÁNCHEZ, Félix, 2002, Editora Cortéz, p. 20

²³ BERAS, Cesar, 2009, Dacasa Editora, p. 49.

²⁴ http://www.anfermed.com.br/redeop/newop/?page_id=41/, acesso em 09-10-2011.

²⁵ AVRITZER, Leonardo, 2002, Ed. Cortez, p. 14

²⁶ http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guia_Orientacao.pdf, acesso em 05 de novembro de 2011

²⁷ Programa de Governo Participativo, coligação PT-PV, Fábrica das Artes e Jac Editora, p. 3

²⁸ AVRITZER, Leonardo, 2002, Ed. Cortez, p. 26

²⁹ http://www.camara.jacarei.sp.gov.br/e_exvereadores/ex_veqa_13leg/13_legislat.htm, acesso em 05 de novembro de 2011

³⁰ Programa de Governo Participativo, coligação PT-PV, Fábrica das Artes e Jac Editora, p. 2

³¹ Programa de Governo Participativo, coligação PT-PV, Fábrica das Artes e Jac Editora, p. 22

³² AVRITZER, Leonardo, 2002, Ed. Cortez, p. 24

³³ HERBERT, Sérgio Pedro, Redes Editora, 2008, p. 49

³⁴ BERAS, César, Dacasa Editora, 2009, p. 49

³⁵ AVRITZER, Leonardo, Editora Revan, 2005, p. 200

³⁶ AVRITZER, Leonardo, Editora Revan, 2005, p. 201

³⁷ AVRITZER, Leonardo, Editora Revan, 2005, p. 202

³⁸ Programa de Governo Participativo, coligação PT-PV, Fábrica das Artes e Jac Editora, p. 22

³⁹ Programa de Governo Participativo, coligação PT-PV, Fábrica das Artes e Jac Editora, p. 23

⁴⁰ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴¹ AVRITZER, Leonardo, Cortez editora 2003, p. 14

⁴² AVRITZER, Leonardo, Editora Revan, 2005, p. 208

⁴³ <http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>, acesso em 02 de novembro de 2011

⁴⁴ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴⁵ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴⁶ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴⁷ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴⁸ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁴⁹ Regimento Interno do Orçamento Participativo 2009 de Jacareí

⁵⁰ SÁNCHEZ, Félix, Cortez Editora, 2002, p. 94

⁵¹ TIENE, Izalene, BRANDÃO, Elias (Org.), Editora Massoni, 2003, p, 32

⁵² Regimento Interno do COPAJ